



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2022

Santa Maria / RS, março de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2022

Relatório de Gestão do Exercício 2022, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas e orientações do Tribunal de Contas da União.

Santa Maria / RS, março de 2023

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AFD – Assentamento Funcional Digital
Audin – Auditoria Interna
Cagepe – Comitê Assessor de Gestão de Pessoas
CD – Cargo de Direção
CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CIE – Comitê Institucional de Emergência
Consup – Conselho Superior
Copsia – Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo
Dinter – Doutorado Interinstitucional
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EJA – Educação para Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FG – Função Gratificada
ICT – Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
IFFar – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
iGC – Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
iGovPub – Índice de Governança Pública
iGovPessoas – Índice de Governança e Gestão de Pessoas
iGestPessoas – Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
iGovTI – Índice de Governança e Gestão em TI
iGestTI – Índice de Capacidade em Gestão de TI
iGovContrat – Índice em Governança e Gestão de Contratações
iGestContrat – Índice de Capacidade em Gestão de Contratações
iGovOrçament – Índice em Governança e Gestão Orçamentária
iGestOrçament – Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária
IGC – Índice Geral de Cursos
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC – Ministério da Educação
MTO – Manual Técnico de Orçamento
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

OMS – Organização Mundial da Saúde
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
Peti – Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação
PIDes – Programa Institucional de Desenvolvimento
PIIQP – Programa Institucional de Incentivo à Qualificação
PIIQPE – Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Especial
PJ – Pessoa Jurídica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA – Plano Plurianual
PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proad – Pró-Reitoria de Administração
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
Proen – Pró-Reitoria de Ensino
Proex – Pró-Reitoria de Extensão
PRPPGI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
QVT – Qualidade de Vida do Trabalhador
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
Segov – Secretaria de Governança
SEGRT – Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público
SGDP – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
SGP – Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
Siass – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIG – Sistema Integrado de Gestão
Sigepe – Sistema de Gestão de Acesso do Ministério do Planejamento
Siorg – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
Sipec – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
Sisac – Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de Ensino do IFFar.....	16
Figura 2 - Organograma da Reitoria.....	19
Figura 3 - Organograma simplificado dos <i>Campi</i>	20
Figura 4 - Estrutura de Governança do IFFar.....	21
Figura 5 - Cadeia de valor.....	28
Figura 7 - Declaração do Contador do IFFar.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Orçamentário - saldo da conta 522220101	115
Tabela 2 - Imobilizado - Composição	122
Tabela 3 - Bens móveis - Composição	122
Tabela 4 - Bens imóveis - composição	124
Tabela 5- Bens de Uso Especial - Composição	125
Tabela 6 - Intangível - Composição.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Oportunidades e ameaças ao IFFar no exercício 2022.	29
Quadro 2 - Índice integrado de governança e gestão públicas - IFFar.....	41
Quadro 3 - Forças e fraquezas identificadas no perfil integrado de governança 2021 - IFFar.....	42
Quadro 4 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019-2026.....	46
Quadro 5 - Ações e resultados relacionados à dimensão alunos e sociedade do PDI 2019-2026. .	49
Quadro 6 - Ações e resultados relacionados à dimensão processos internos do PDI 2019-2026. ..	56
Quadro 7 - Ações e resultados relacionados à dimensão sustentabilidade financeira e ambiental do PDI 2019-2026.....	56
Quadro 8 - Detalhamento da dotação orçamentária do IFFar por Programa - exercício 2022.....	62
Quadro 9 - Execução orçamentária e financeira - Programa 5012.....	63
Quadro 10 - Força de trabalho do IFFar - servidores efetivos.	69
Quadro 11 - Perfil da força de trabalho do IFFar com relação à jornada de trabalho.	69
Quadro 12 - Perfil da força de trabalho do IFFar com relação à sexo.....	70
Quadro 13 - Titulação dos servidores do IFFar.	70
Quadro 14 - Quantitativo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas do IFFar.	71
Quadro 15 - Custos de pessoal no exercício 2022 e dois anos anteriores no IFFar.....	74
Quadro 16 - Número de bolsas por modalidade vinculadas ao PIIQP no exercício de 2022.	76
Quadro 17 - Quantitativo de atestados registrados no IFFar - exercício 2022.....	82
Quadro 18 - Quantitativo de avaliações periciais no IFFar - exercício 2022.	83
Quadro 19 - Modalidades de contratação realizadas pelo IFFar - exercício 2022.	88
Quadro 20 - Processos homologados.....	89
Quadro 21 - Total de servidores e capacitações realizadas no setor de licitações e contratos do IFFar - exercício 2022.....	89
Quadro 22 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar - exercício 2022.	89
Quadro 23 - Principais investimentos de capital do IFFar - exercício 2022.....	93
Quadro 24: Desfazimentos por Conta Contábil no ano de 2022.	95
Quadro 25 - Número de veículos institucionais do IFFar por categoria - exercício 2022.	97
Quadro 26 - Detalhamento de despesas dos veículos institucionais do IFFar - exercício 2022.	97
Quadro 27: Estrutura pagadora do IFFar.	107
Quadro 28 - Balanço orçamentário / receita - exercício 2022.....	109
Quadro 29 - Balanço orçamentário / despesa.	111
Quadro 30 - Balanço orçamentário / demonstrativo de execução RAP não processados - exercício 2022.....	112
Quadro 31 - Balanço orçamentário / demonstrativo de execução de RAP processados e não processados liquidados.	113
Quadro 32 - Balanço patrimonial / ativos - exercício 2022.	116
Quadro 33 - Balanço patrimonial / passivos - exercício 2022.....	118
Quadro 34 - Balanço patrimonial / Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes.....	120
Quadro 35 - Balanço patrimonial / Quadro de compensações.	120
Quadro 36 - Balanço patrimonial / demonstrativo de superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial.	121
Quadro 37 - Composição dos bens móveis.	123

Quadro 38 - Obrigações contratuais - Composição.....	127
Quadro 39 - Obrigações contratuais - Por UG Contratante.....	128
Quadro 40 - Contratos mais significativos e saldo a executar.	129
Quadro 41 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição.....	129
Quadro 42 - Fornecedores e Contas a Pagar - Unidade Gestora Contratante.	130
Quadro 43 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor.....	130
Quadro 44 - Balanço financeiro - exercício 2022.	131
Quadro 45 - Demonstrações dos fluxos de caixa.....	134
Quadro 46 - Demonstrações das variações patrimoniais.	136

SUMÁRIO

1 MENSAGEM DA REITORA	13
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	15
2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.....	15
2.2 Estrutura organizacional.....	19
2.3 Estrutura de governança	21
2.3.1 Instâncias internas de governança	22
2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança	22
2.3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna — Audin.....	26
2.4 Cadeia de valor e modelo de negócio	28
2.5 Políticas e programas de governo.....	29
2.6 Relação com o ambiente externo.....	29
2.7 Canais de atendimento e informações aos cidadãos	38
3 GESTÃO DE RISCOS.....	39
3.1 Principais riscos identificados e oportunidades identificadas	39
4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	41
4.1 Governança.....	41
4.1.1 Perfil integrado de governança organizacional e gestão pública.....	42
4.1.2 Relacionamento com partes interessadas e controle social.....	43
4.1.3 Ouvidoria	43
4.1.4 Serviço de informação ao cidadão	44
4.1.5 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	45
4.2 Estratégia e resultados de desempenho	46
4.2.1 Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha	58
4.3 Correição.....	58
5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	62
5.1 Gestão orçamentária, financeira e de custos	62
6 GESTÃO DE PESSOAS	67
6.1 Conformidade legal	67
6.1.1 Órgãos de controle	67
6.2 Avaliação da força de trabalho	68
6.3 Detalhamento da despesa de pessoal	73
6.3.1 Custos de Pessoal no exercício 2022 e anos anteriores	74

6.4 Estratégias de gestão de pessoas	74
6.4.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	74
6.4.2 Capacitação: estratégia e números	75
6.4.3 Levantamento de necessidades de desenvolvimento.....	77
6.4.4 Implementação do Programa de Gestão.....	78
6.4.5 Siass e política de qualidade de vida dos servidores do IFFar	78
6.4.6 Segurança do trabalho.....	84
6.4.7 Comitê Assessor de Gestão de Pessoas — Cagepe	86
6.4.8 Aproximação entre Gestão de Pessoas e comunidade de servidores.....	87
6.5 Desafios e perspectivas	87
7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	88
7.1 Conformidade legal	88
7.2 Principais tipos de serviços ou bens	88
7.3 Contratações diretas	90
7.4 Desafios e perspectivas	90
8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	92
8.1 Conformidade legal	92
8.2 Principais investimentos de capital.....	92
8.3 Desfazimento de ativos	93
8.4 Locações de imóveis e equipamentos	95
8.5 Mudanças e desmobilizações relevantes	95
8.6 Principais desafios e ações futuras	96
8.7 Gestão da frota do IFFar	97
9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	98
9.1 Conformidade legal	98
9.2 Modelo de governança de TI.....	98
9.3 Montante de recursos aplicados em TI	99
9.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI	99
9.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI.....	100
9.6 Segurança da informação	101
9.7 Principais desafios e ações futuras	101
10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	102
10.1 – Política Ambiental do Instituto Federal Farroupilha.....	102

10.1.1 – Ações do NUGEA – Núcleo de Gestão e Educação Ambiental	103
11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	105
11.1 Declaração do contador	105
11.2 Balanços e demonstrações contábeis.....	107
11.2.1 Balanço orçamentário	109
11.2.2 Balanço patrimonial.....	116
11.2.3 Balanço financeiro	131
11.2.4 Demonstrações dos fluxos de caixa	134
11.2.5 Demonstrações das variações patrimoniais.....	136

1 MENSAGEM DA REITORA

O Relatório de Gestão anual é um documento que visa a sistematizar e a fornecer as principais informações sobre recursos humanos e orçamentários, bem como sobre os processos e os resultados institucionais. Seu conteúdo articula diretamente as finalidades e competências do IFFar enquanto autarquia, criada pela Lei Nº 11.892, de 2008, e está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2019-2026.

Cumprir explicitar que o Relatório de Gestão 2022 reúne uma amostra da complexidade de contextos e de acontecimentos que não cabem na escrita. Eles foram vivenciados e administrados na prática, impactando, em diferentes graus, toda a comunidade acadêmica do IFFar.

Em 2022, após dois anos de atividades institucionais adaptadas para diversos formatos, em razão da pandemia de Covid-19 e dos decretos de calamidade pública, houve a retomada da integralidade das atividades presenciais no IFFar. Em atenção ao contexto pandêmico, o IFFar manteve as atividades do Comitê Institucional de Emergência, criado em 2020, que inclui participação direta das diferentes instâncias de gestão: comitês assessores, órgãos colegiados e comissões permanentes. O grupo atuou em atividades relacionadas à conscientização e à prevenção nesse contexto de retomada presencial. Foram observadas as Resoluções, Instruções Normativas e Planos de Contingência - atualizados em consonância com o aumento da vacinação e do acompanhamento da pandemia, por regiões, no RS.

Foram muitas as ações previstas no Plano de Ação Anual que precisaram ser adaptadas para atender a comunidade acadêmica. Vale mencionar ações principalmente relacionadas a processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão. Além disso, precisou-se ajustar o planejamento quanto às rotinas administrativas e às rotinas pedagógicas, realidades estas tão múltiplas e tão únicas como cada unidade e indivíduo o é na comunidade acadêmica do IFFar.

Recuperaram-se as ações interrompidas, como os editais da assistência estudantil; além de retornarem as ações presenciais de integração e de acolhimento. Também prosseguiram a Mept¹ (e seus eventos paralelos), os Jogos Estudantis e a Mostra Cultural, conhecidas e esperadas atividades em que todos os *campi* participam.

Houve necessidade de reorquestração das estruturas físicas, sobretudo das moradias estudantis que voltaram a funcionar. Surgiu com isso um novo expoente: um esforço coletivo para a retomada do convívio. Nesse processo, foi necessária a atenção ampliada das equipes

¹ Mostra de Educação Profissional e Tecnológica do IFFar — Mept.

multidisciplinares de saúde aos estudantes e aos servidores, especialmente com os acompanhamentos psicológicos.

Ressalta-se que a base de dados para os indicadores do TCU (ensino e pessoal) é a Plataforma Nilo Peçanha, a partir da qual se deu a coleta de dados do Sistec-PNP, na segunda quinzena de janeiro de 2023. Sobre isso, cumpre destacar que os dados oriundos da referida coleta contextualizam dois anos pandêmicos, embora o IFFar tenha conseguido retomar os calendários acadêmicos articulados com o ano civil.

Compreende-se, assim, que o ano de 2022 teve inúmeras atipicidades, foi tão desafiador quanto os dois anos anteriores e apresentou complexidades de diferentes ordens: pedagógicas, econômicas e, sobretudo, interpessoais. Depois do distanciamento social, efetivar a readaptação da comunidade acadêmica ao presencial foi e continua sendo um dos maiores desafios de gestão, pois o sentir é único de cada indivíduo, que também é único quando se depara com novas realidades. Nesse sentido, destacou-se o importante e irrestrito comprometimento da comunidade acadêmica, que tornou possível a concretização dos objetivos planejados.

Nídia Heringer
Reitora do IFFar

2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é uma instituição pública e gratuita, vinculada ao Ministério da Educação, criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

Lei Nº 11.892/2008 disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

O IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o IFFar se constitui de 10 *campi* e 1 *campus* avançado; 2 centros de referência; 13 polos de Educação a Distância (EaD) e 7 polos-sedes UAB (Universidade Aberta do Brasil), ofertando cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância. Adicionalmente, a unidade Reitoria está sediada no município de Santa Maria, região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Unidades de Ensino do IFFar.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de sua atuação;

- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministrando, em nível de educação superior: cursos de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, com foco na formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

O IFFar, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2026, determina a missão, a visão e os valores institucionais:

Missão: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

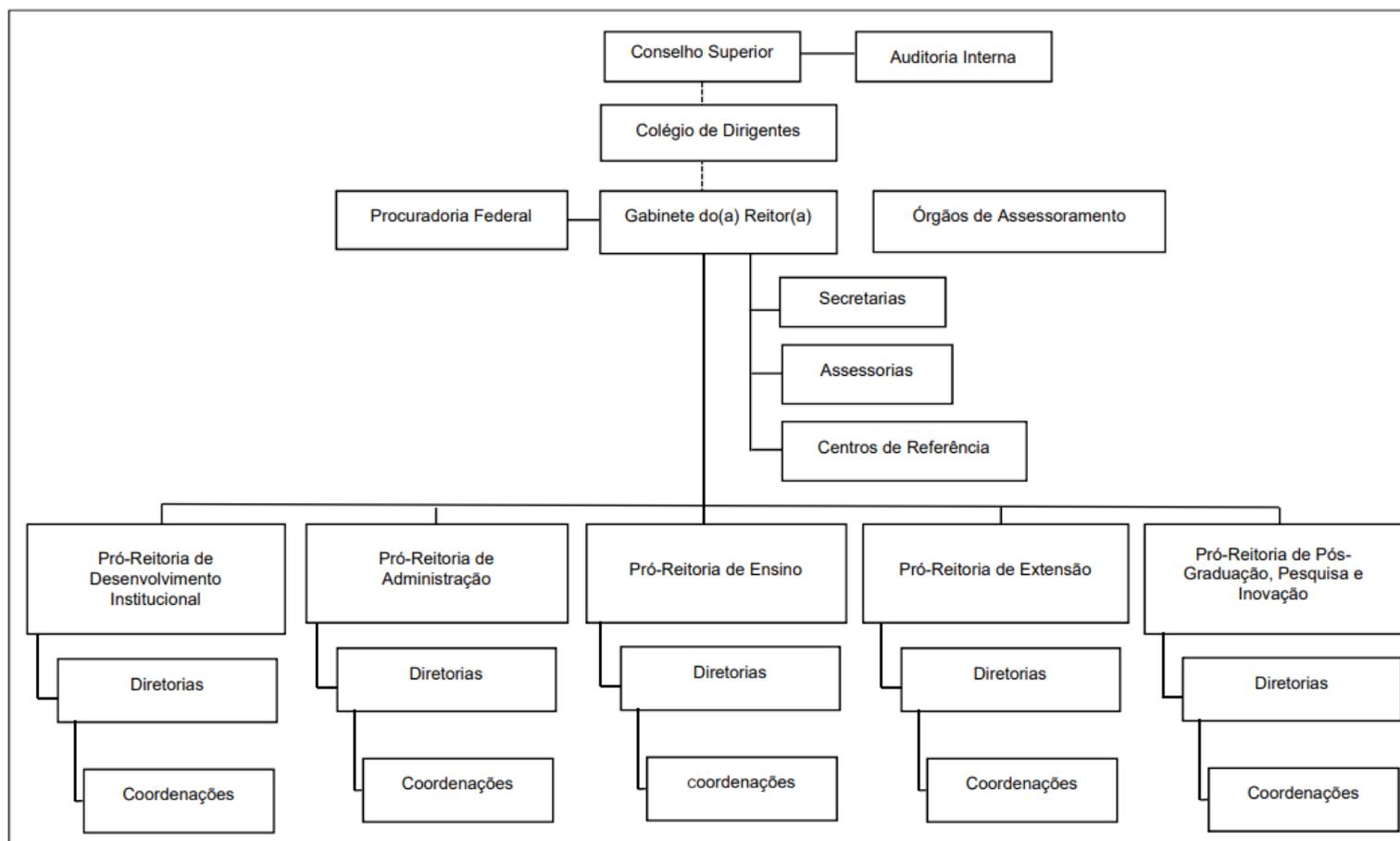
Visão: Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Valores:

- a) Ética;
- b) Solidariedade;
- c) Responsabilidade social, ambiental e econômica;
- d) Comprometimento;
- e) Transparência;
- f) Respeito;
- g) Gestão democrática; e
- h) Inovação.

2.2 Estrutura organizacional

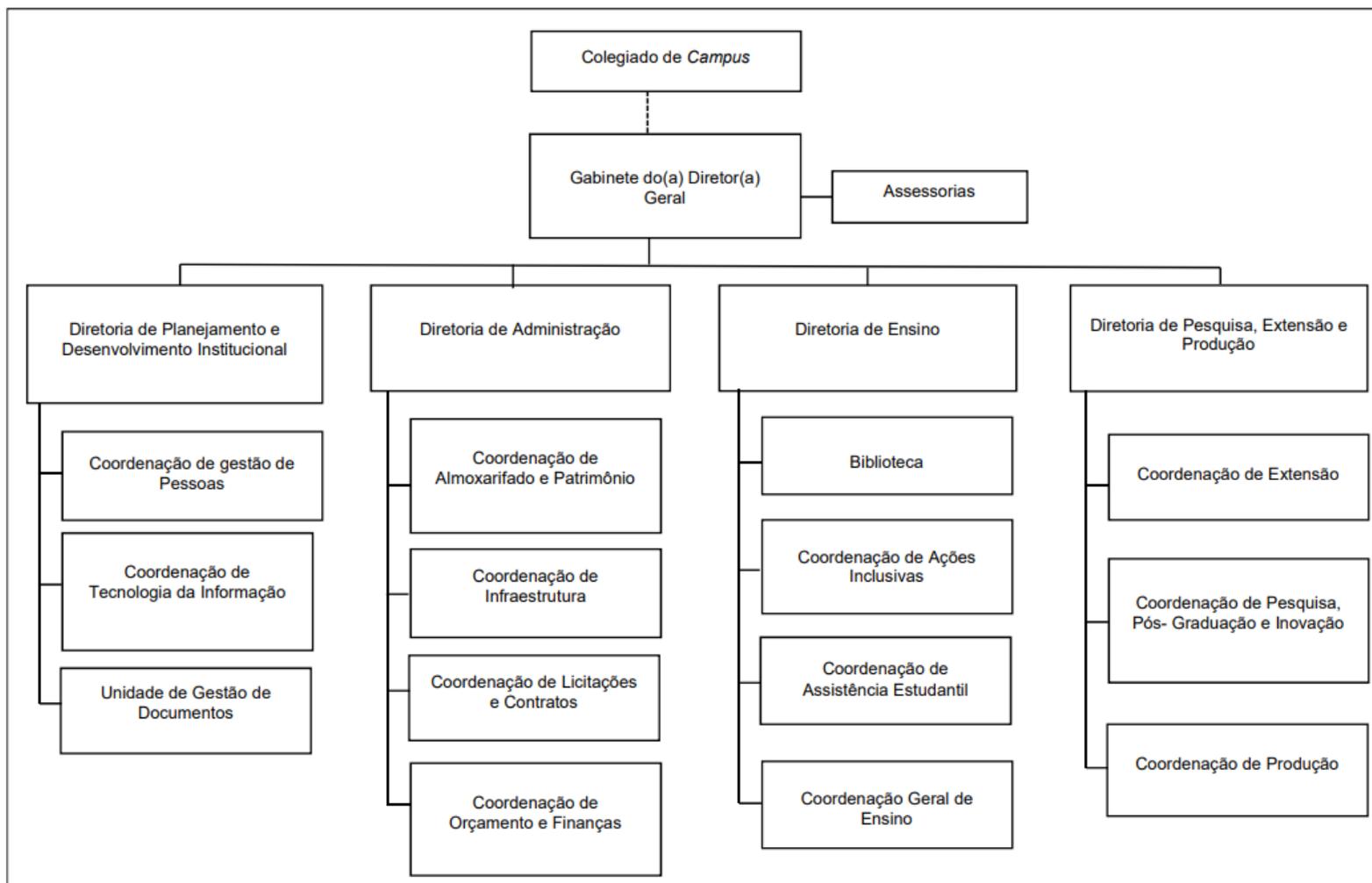
Figura 2 - Organograma da Reitoria.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

Nota: Elaborado com base no organograma da Reitoria, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>.

Figura 3 - Organograma simplificado dos *Campi*.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

Nota: Elaborado com base no organograma da Reitoria, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>.

2.3 Estrutura de governança

O sistema de governança do IFFar engloba: I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito (portanto, em âmbito **estrutural** de governança), como instâncias de **assessoramento/deliberação** — Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Comitê de Governança, Riscos e Controles, entre outros —, e de **avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos** — a exemplo da Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; e II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com **garantia de participação** em órgãos consultivos e/ou deliberativos Conselho Superior, Colegiado de *Campus* e disponibilização de canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A figura 4 representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas.

Figura 4 - Estrutura de Governança do IFFar.



2.3.1 Instâncias internas de governança

a. Alta administração

- Reitora;
- Pró-Reitores;
- Diretores-Gerais.

b. Conselho Superior

O Conselho Superior — Consup é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi* e da Reitoria — servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Estatuto do Instituto Federal Farroupilha:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=58297&key=2a2fd5c3c04bf9d2b66359996cb93b88>

Regulamento do Conselho Superior:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=60807&key=92a21059986caaffff15340e00f9ee64>

2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança

a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna — Audin é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Regimento interno da Auditoria Interna:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=942115&key=8ca85309e024bbc3c07a9b5805b5230d>

b. Colegiado de *Campus*

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do *campus*. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Regulamento interno dos Colegiados de *Campus*:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

c. Colégio de Dirigentes

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

Regimento interno do Codir:

https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=436011

d. Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFFar — CE foi constituída pela Portaria Nº 840/2012, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consup Nº 001/2013 e, posteriormente, atualizado pelas Resoluções Consup Nº 54/2017 e Nº 18/2022 (*Ad Referendum*), *qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão*, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução Consup Nº 013/2017, de 28 de março de 2017 aprovou o *Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Instituto Federal Farroupilha*.

Regimento interno da Comissão de Ética:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1737947&key=16f94169fd60d3c8526ae7da855f8c07>

Código de Ética do IFFar:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=55887&key=9e5ef4231e8e574a229678a2605afa78>

e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha

O Comitê de Governança foi criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1/2016, por meio da Portaria Nº 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (reitora, pró-reitores e diretores gerais) e tem, dentre suas competências: *promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.*

f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia

A Copsia é um órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

Regimento interno da Copsia:

https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=438533

g. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria Nº 829/2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a

comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricção e ao sigilo e foco na agilidade. A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos – pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (Fala.BR), e-mail, telefone e presencialmente – analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

Acesso ao Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/>

h. Diretoria de Governança, Riscos e Controles — DGRC

A Diretoria de Governança, riscos e controles foi instituída em 2022, por meio da Portaria Eletrônica Nº 87/2022 - GRE, com o fim de promover o desenvolvimento da área de governança e gestão de riscos no IFFar. Entre suas atribuições, estão: promover a gestão de riscos em âmbito institucional, supervisionando a execução de políticas relacionadas ao tema e propondo ajustes ou alternativas que garantam a sua eficiência; apoiar e promover ações de capacitação e/ou conscientização nas áreas de gestão de riscos, transparência, integridade ou outros temas relacionados à governança pública; e promover a aproximação e a atuação conjunta das unidades componentes da estrutura de governança do IFFar, estimulando a troca de informações, melhoria de processos e criação e monitoramento de índices.

i. Secretaria de Governança – Segov

A Segov foi instituída em 2016, por meio da Resolução Consup Nº 21/2016, de 24 de maio de 2016, a qual atualizou a estrutura organizacional do Instituto Federal Farroupilha. Compete à Segov promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, à missão e aos valores institucionais. Cabe à Secretaria, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria CGU Nº 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, Copsia, Comissão de Ética e Auditoria.

j. Serviço de Informação ao Cidadão — SIC

Em conformidade com a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão — SIC do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o *Fala.BR*. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

Acesso ao Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/>

2.3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna — Audin

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (Audin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — IFFar é órgão singular que exerce atividade de auditoria interna governamental no âmbito da Instituição. Ela atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, nos termos da Instrução Normativa CGU Nº 3, de 09 de junho de 2017.

A Audin é subordinada ao Conselho Superior da instituição, obedecendo ao que estabelece o Decreto Nº 3.591/2000, e vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a assegurar a independência de atuação da unidade.

Seu modelo de organização tem o objetivo de adicionar valor à Instituição contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa Nº 03/2017.

Sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é composta, atualmente, por seis auditores, dos quais um(a) Auditor(a)-Chefe e auditores internos lotados nos *campi* e na Reitoria.

A Audin possui um regimento interno atualizado e desenhado para agregar valor aos processos institucionais, bem como para contribuir no cumprimento de metas, na execução dos programas de governo e do orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Além disso, a Audin auxilia na comprovação da legalidade e na avaliação dos resultados quanto à

economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão; enquanto a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Já o apoio ao Sistema de Controle Interno reside no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Providências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela CGU para cumprimento do IFFar) no sistema E-aud, da CGU, e em diligências do sistema e-Pessoal do TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores, fornecendo-lhes, por meio de relatórios, informações que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o apoio à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas relacionadas à governança, à gestão de riscos e a controles internos.

A designação do(a) chefe da equipe é feita conforme o art. 11 do Regimento Interno (Resolução Consup Nº 08/2021, de 02 de março de 2021), considerando que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por igual período.

O(A) dirigente máximo(a) da instituição submete o nome do(a) candidato(a) ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e homologação da CGU, em conformidade com a Portaria Nº 2.737/2017.

A equipe pode, em até sessenta dias antes do término do mandato do(a) chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de Técnico-Administrativo em Educação – Auditor.

A atuação da equipe tem enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade.

As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em relação às técnicas e aos enfoques utilizados.

Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi*, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, reúne-se uma equipe com, pelo menos, dois auditores, dos quais um(a) é designado(a) coordenador(a) da ação, e realiza-se os trabalhos de auditoria.

O planejamento e o desenvolvimento dos papéis de trabalho são realizados em conjunto, utilizando-se de qualquer método físico ou virtual cabível. Quando possível e desejável pelos gestores, a equipe realiza reuniões para tratar dos resultados encontrados. Ao final, os relatórios com os resultados dos trabalhos, constatações e recomendações são enviados aos gestores por memorando eletrônico, com comprovante de recebimento, para que a Audin possa certificar-se de que os responsáveis tomaram conhecimento dos resultados dos trabalhos e, posteriormente, tais resultados são publicados no sítio eletrônico do IFFar. Com esses relatórios, a equipe de auditoria comunica à gestão os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando

a importância e o foco da atuação da Audin. Após entregar as recomendações formuladas à gestão, essas passam a integrar o Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua implementação por parte dos auditores. Dessa forma, a verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os gestores tenham tempo suficiente para a devida implementação e aprimoramento de seus processos.

Regimento Interno da Audin: <https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

2.4 Cadeia de valor e modelo de negócio

Em conformidade com as políticas governamentais voltadas para a educação, o IFFar oferta à comunidade ensino público, gratuito e de qualidade atento às demandas e arranjos produtivos locais e regionais. Dessa forma, o IFFar contribui positivamente para o desenvolvimento humano, econômico e social, oportunizando o ensino de jovens e adultos, qualificação profissional, bem como a produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

Figura 5 - Cadeia de valor.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Associado à cadeia de valor, o modelo de negócio do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos, com resultados gerados e entregues à sociedade.

2.5 Políticas e programas de governo

A Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023). O PPA é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. Nesse sentido, o IFFar, como órgão executor, centrado na Educação Superior, Técnica e Profissional, atuou nos programas do PPA no exercício de 2022, conforme elencado abaixo:

- **0032** – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- **0901** – Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;
- **0909** – Operações especiais: Outros encargos sociais;
- **0910** – Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- **5012** – Educação Profissional e Tecnológica.

2.6 Relação com o ambiente externo

Quadro 1 - Oportunidades e ameaças ao IFFar no exercício 2022.

Pró-Reitoria de Ensino	
Oportunidades	Ameaças
Retorno das atividades letivas presenciais – em função dos envolvidos estarem com o Calendário vacinal completo contra a Covid-19.	Em função de comorbidades de alguns estudantes e servidores, o retorno à presencialidade não ocorreu em sua totalidade até a finalização do primeiro semestre letivo de 2022. Logo, durante este período, o planejamento para recuperação das atividades práticas suspensas durante o ensino remoto foi prejudicado.
Motivação e interesse pela instituição com a retomada das atividades presenciais.	Dificuldades de aprendizagem e lacunas oriundas do ensino remoto, tanto de estudantes ingressantes, quanto daqueles que já pertenciam ao IFFar, o que acarretou possibilidade de evasão.
Possibilidade de ampliar o uso da tecnologia nos ambientes de ensino.	Escassez de recursos tecnológicos e de infraestrutura necessários para ampliar o uso da tecnologia nos ambientes de ensino.

Fortalecimento das ações que contribuem para a permanência e êxito;	Dificuldades sociais, econômicas e relativas à aprendizagem dos estudantes impactaram na permanência e êxito.
Aumento da demanda por formação e qualificação profissional pós-pandemia.	Mudanças nas legislações educacionais (BNCC, novo ensino médio, curricularização da extensão, ensino a distância nos cursos de graduação, alterações nas licenciaturas, entre outras).
Aproximação com a comunidade e pesquisa de opinião que identificou demandas como a oferta por cursos e qualificação.	Redução orçamentária em recursos de natureza de custeio, inviabilizando a ampliação das unidades e a equiparação de espaços para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão;
Ampliação na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, em relação à experiência adquirida durante a adoção do ensino remoto.	Dificuldade na comunicação entre os estudantes dos cursos em EaD e a DEAD para atendimento das demandas discentes, em função da Diretoria estar localizada na sede e não nos <i>campi</i> . Esse distanciamento pode contribuir para a evasão, bem como dificultar o acesso aos editais da assistência estudantil. Além disso, houve necessidade de contratação de membros na equipe da DEAD, o que contribui para a diminuição dos recursos para investimento nesta modalidade.
	Notícias de novas variantes da Covid-19 geraram instabilidade e insegurança na comunidade acadêmica e, possivelmente, pode ter influenciado nos índices de evasão e reprovação, bem como na redução da procura pelos cursos da instituição.
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	
Oportunidades	Ameaças
Parceria com a FAPERGS O estabelecimento de uma relação sólida com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (FAPERGS) viabilizou a realização de 31 projetos de pesquisa em parceria com	Setores produtivos com pouca iniciativa para a inovação Os setores produtivos das regiões de abrangência da Instituição possuem pouca iniciativa para a aplicação ou desenvolvimento de

empresas e entidades do setor produtivo do RS. Esses projetos foram iniciados no ano de 2020, tendo continuado ao longo de 2021, sendo prorrogados durante o ano de 2022, em virtude da pandemia de Covid-19.	<p>inovações. Nesse contexto, as poucas empresas que inovam realizam seus processos internamente ou por meio de contratação de tecnologias já desenvolvidas, sem a perspectiva da cooperação com instituições de ensino/pesquisa.</p>
	<p>Reflexos da Pandemia de Covid-19</p> <p>Embora a pandemia tenha arrefecido no seu segundo ano, continuou afetando negativamente as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação no IFFar. A alteração da dinâmica presencial - remoto - presencial na oferta dos cursos de pós-graduação afetou em parte o desempenho dos estudantes e incluiu desafios adicionais aos docentes ministrantes de disciplinas nesse nível de ensino.</p>
	<p>Instabilidades políticas na CAPES</p> <p>Iniciadas ainda no ano de 2021, as instabilidades políticas na CAPES, com um conjunto de desligamentos de membros dos comitês de avaliação, trouxeram preocupação quanto à condução do processo avaliativo dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> referente ao Quadriênio 2017-2022. Além disso, a alteração do calendário avaliativo trouxe apreensão aos coordenadores de curso.</p>

Pró-Reitoria de Extensão

Oportunidades	Ameaças
<p>A curricularização da extensão prevista em 100% dos PPCs dos cursos de graduação vai proporcionar maior integração/envolvimento com a comunidade externa;</p>	<p>- A imprevisibilidade de dotação orçamentária específica pode dificultar a implantação da extensão no decorrer de 2023.</p>
<p>Projeto Cidades Educadoras: possibilita a interlocução com o poder público, a fim de que os municípios participantes do projeto se tornem Cidades Educadoras com foco na</p>	<p>- Omissão ou descaso dos gestores públicos com relação à proposta; dificuldades em formar o comitê de Cidade Educadora no município devido à sobrecarga de trabalho concentrado em poucas</p>

<p>adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), assim como a oferta de programas/cursos de formação inicial e continuada voltados aos educadores e demais atores sociais envolvidos.</p>	<p>pessoas.</p>
<p>Projeto Geoparque: maior aproximação do IFFar com a sociedade externa, órgãos públicos e outras instituições de ensino, por meio de pesquisas, seminários, reuniões etc. voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental dos municípios que compõem a área de abrangência do Geoparque Raízes de Pedra.</p>	<p>- Pouca articulação entre os órgãos públicos municipais que compõem a área de abrangência do Geoparque Raízes de Pedra.</p>
<p>Política de Extensão Para Educação em Direitos Humanos: ampliar, fomentar e fortalecer as políticas, o debate e as práticas extensionistas em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão; desenvolver ações de sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica à educação para os direitos humanos; articular ações com outras Instituições/organizações nos municípios-sede dos <i>campi</i> e Reitoria que objetivem promover a educação em direitos humanos.</p>	<p>- Dificuldade de sensibilização e de engajamento da comunidade acadêmica do IFFar e necessidade de financiamento para o desenvolvimento de ações.</p>
<p>Ampliação das ações de internacionalização com possibilidades de intercâmbio científico e cultural de alunos e servidores.</p>	<p>- Falta de orçamento para oportunizar/auxiliar o intercâmbio.</p>
<p>Maior oferta de cursos de idiomas para alunos, servidores e comunidade externa.</p>	<p>- Pouca disponibilidade de carga horária docente na área das linguagens e de infraestrutura para essas atividades.</p>
<p>Mobilidade acadêmica: Adesão ao projeto plurianual (2022-2025) LaPassion em Rede - Edital Nº 234/2022, 06 de julho de 2022- seleção interna simplificada de estudante de graduação para mobilidade acadêmica e</p>	<p>- Poucos recursos financeiros.</p>

atuação no projeto Lapassion em rede.	
Português como Língua Adicional: Adesão ao Edital do IFRS para Aplicação de Provas de Português como Língua Adicional.	- Falta de comunicação/divulgação entre a maioria dos <i>campi</i> e comunidade externa.
Projeto internacional intercampi: Parceria/convênio com <i>Global Peace Foundation</i> e ações intercampi. Promove a formação, por meio de palestras, encontros e seminários on-line entre instituições parceiras nacionais e internacionais voltadas para aprimorar a educação básica.	- Pouca comunicação e divulgação, especialmente entre alunos.
Parcerias públicos-privadas para fomento das ações de pesquisa, extensão e estágios	- Os trâmites processuais para a celebração de acordos, termos de cooperação e de elaboração de convênios possuem uma previsão de documentação e avaliação que necessita de prazos para a instituição e a parceira cumprir obedecendo rigorosamente à legislação. Na maioria das vezes, as demandas que surgem, não conseguem esperar esses trâmites, dificultando a execução e a efetividade das ações de extensão.
Incubadora Social como possibilidade de atingir grupos formais ou informais a partir de demandas sociais, visando à geração de trabalho e renda, com base na valorização do saber local e da economia solidária.	- Dificuldade de organização/formação dos grupos para incubação social. Entendimento dos servidores da Instituição a respeito do processo de incubação social.
Programa de Acompanhamento de Egressos: desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa Institucional com o objetivo de obter informações sobre a formação recebida e sua eficiência e eficácia no mundo do trabalho. Também tem o intuito de gerar uma base de dados para o planejamento de ações institucionais voltadas aos egressos.	- Necessidade de um número maior de ações institucionais voltadas à conscientização/sensibilização de alunos, sobretudo, do último ano e/ou semestres de que a instituição permanece a disposição, mesmo depois de formados. - A carência de maiores informações/orientações sobre a possibilidade de concluintes manterem vínculo com a instituição.

	- Falta de canais de comunicação mais eficazes com os egressos.
II Encontro de egressos do IFFar ocorrido em novembro de 2022 (de forma virtual), por meio do Projeto de Extensão em Rede.	- Dificuldade de encontrar a melhor metodologia para os Encontros, pois a adesão é baixa, sobretudo se considerarmos o total de egressos da Instituição.
Encontro presencial de egressos nos campi: AL, FW, PB e SVS	- Dificuldade de mobilizar servidores em algumas unidades para a elaborar/coordenar ações presenciais que aproximem os egressos da Instituição.
Programa IF Mais Empreendedor Nacional: participação Institucional na chamada nacional de apoio ao desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento/orientação a Micro e Pequenos Empreendedores (MPEs) e aos Empreendedores Individuais, por meio de ações de remodelagem de negócios que foram afetados negativamente pela Pandemia da Covid-19.	- Incerteza sobre a continuação do Programa; atrasos, por parte da fundação responsável pelo gerenciamento do programa, no pagamento das bolsas dos alunos.
Programa Energif/SETEC/MEC/2022: Participação Institucional na chamada 2022 de fomento à qualificação profissional para o setor de energias renováveis. (Qualificação profissional de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis), por meio das propostas do <i>Campus</i> Jaguari e Centro de Referência de Santiago.	- Insuficiência de Recursos, nossas propostas foram classificadas, mas sem recursos. Entretanto, ainda há expectativa.
Edital Nº63/2021 da SETEC/MEC: seleção de projetos institucionais de promoção das indicações geográficas (IGs) e Marcas Coletivas (MC) em parceria com a PRPPGI.	- Poucos projetos submetidos institucionalmente. Apenas duas propostas foram inscritas, uma no eixo I (Diagnóstico de potencial de Indicação Geográfica) e outra no eixo II (estruturação de Indicação Geográfica)
Edital Nº88/2022/SETEC/MEC/ROBÓTICA E CULTURA MAKER Participação Institucional com três propostas (SVS, SA e SAN), sendo a proposta de Santo Ângelo aprovada com	- Pouco recurso financeiro destinado à chamada.

recursos.	
40º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS).	- Contingenciamento e a imprevisibilidade orçamentária para fomentar a participação.
Jogos Estudantis/Etapa Institucional Fomentar as práticas desportivas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, assim como propiciar momentos de confraternização e trocas de experiências entre alunos e servidores da Instituição.	- Organização/definição de calendário rotativo para a escolha do <i>campus</i> sede dos jogos institucionais. Muita sugestão, mas pouca participação e auxílio na organização dos jogos.
II edição do eJIF - Jogos Eletrônicos do IFFar Proporcionar a Integração entre discentes, docentes, técnico-administrativos e sociedade em geral; Vivenciar a pluralidade cultural em suas diversas e diferentes manifestações;	- Poucos servidores envolvidos na ação e necessidade de maior envolvimento dos <i>campi</i> .
Programas sociais: Parceria com o Ministério Público do Trabalho para oferta de cursos de Formação Inicial em duas comunidades carentes do município de Santa Maria.	- Cortes orçamentários.
Extensão em Rede: Projeto que objetiva constituir um espaço para discutir e refletir temas relacionados à Extensão. Com essa ação totalmente on-line, temos auxiliado na aproximação da comunidade interna e externa ao IFFar. Temas abordados: - Capacitação para os avaliadores de extensão; - Economia Solidária: Economia de Francisco e Clara em tempo de Páscoa; - Saberes e vivências das Cidades Educadoras; - EJA EPT: Vivências e Experiências no IFFAR; - III Cultura e Movimento;	- Dificuldade de fortalecer/sensibilizar a importância da formação em extensão para servidores, comunidade interna e externa.

<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade, Inclusão e Resistências; - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Práticas Extensionistas do IFFar; - II Encontro de egressos. 	
<p>Comitê pelo Meio Ambiente: Criado por seis instituições devido à necessidade de trazer à tona a temática que permeia o dia a dia da população, que por décadas tem sido deixada à margem da agenda municipal. O comitê é formado pelo Grupo Diário, prefeitura de Santa Maria, Câmara de Vereadores de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Franciscana (UFN) e Instituto Federal Farroupilha (IFFar).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de recursos financeiros; maior engajamento da população e, principalmente, dos órgãos públicos.
<p>28ª Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária (Feicoop): Aproxima o IFFar da comunidade externa, por meio do envolvimento de servidores e alunos em espaços de discussões - mesas, painéis, standers - e nos momentos culturais que compõem a programação do evento. Constitui-se um evento de grande repercussão nacional/internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca adesão na participação de servidores lotados na reitoria (Santa Maria) e <i>campi</i>.
<p>Cursos de Extensão em parceria com a UNICREDI, Curso de Formação Inicial de Reciclador, Curso Livre de Extensão de Customização e Curso de Microempreendedorismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de envolver mais servidores nas ações/parceria.
<p>Núcleo de Arte e Cultura – tem como objetivos: consolidar e institucionalizar as atividades de Cultura e Arte no âmbito dos <i>Campi</i> do IFFar, por meio da criação dos NACs – Núcleos de Arte e Cultura em cada <i>campus</i>. Também apoia os <i>campi</i> no desenvolvimento de projetos de extensão, na área de arte e cultura, contribuindo para a</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contingenciamento, imprevisibilidade de recursos financeiros e humanos para a continuidade de implantação dos Centros de Memória (que ocorre com a atuação dos NAC's em cada <i>campus</i> do IFFar).

<p>formação profissional cidadã e crítica dos servidores e alunos, mediante a sua participação nas ações, as quais visam a estimular as atividades dos Centros de Memória (a partir da atuação dos NAC's em cada <i>campus</i> do IFFar).</p>	
<p>Projeto em parceria com o Ministério Público do Trabalho para oferta de Curso Auxiliar em Cozinha (Vila Maringá) e Curso Auxiliar em Cozinha (Vila Lorenzi).</p>	<p>- A não existência do <i>Campus</i> Santa Maria/IFFar.</p>
Pró-Reitoria de Administração	
Oportunidades	Ameaças
<p>Desenvolvimento de projetos provenientes de recursos orçamentários recebidos de emenda parlamentar, para aquisição de equipamentos e serviços que permitem o desenvolvimento local e regional, onde estão situados os <i>campi</i> do IFFar;</p>	<p>Cortes orçamentários na matriz orçamentária 2022, na ordem de mais de 10%, impactando no desenvolvimento de ações relevantes previstas no planejamento da Instituição como um todo;</p>
<p>Possibilidade de formação e capacitação dos servidores do IFFar, ligados à área de Compras, Licitações e Contratos.</p>	<p>Impossibilidade de realização do Plano de Ação 2022, na sua integralidade, devido a cortes orçamentários.</p>
<p>Interação Instituição x comunidade externa, através de aplicação de recursos orçamentários em projetos de Ensino, Pesquisa e extensão.</p>	<p>Processos Licitatórios frustrados, devido ao reflexo da pandemia nos anos de 2020 e 2021.</p>
<p>Implantação do PGD - possibilidade de os servidores vinculados à Proad realizarem suas atividades através do Teletrabalho.</p>	<p>Restrição de orçamento e de pessoal.</p>

2.7 Canais de atendimento e informações aos cidadãos

O cidadão que deseja apresentar uma manifestação, seja ela uma denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio, deverá acessar os seguintes canais de atendimento e informações:

Ouvidoria do IFFar:

E-mail: ouvidoria@iffarroupilha.edu.br

Telefone: (55) 3218 9803

Fala BR:

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

Carta de serviços ao cidadão

Site: <https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>

3 GESTÃO DE RISCOS

3.1 Principais riscos identificados e oportunidades identificadas

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

- Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;
- Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria Eletrônica Nº 776/2021 – GRE) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna (Audin) e a Secretaria de Governança (Segov) são as unidades de apoio ao Comitê, cabendo-lhe a análise, acompanhamento, orientação, recomendação e operacionalização da política de gestão de riscos.

A respeito da institucionalização da gestão de riscos, enquanto processo formal, no âmbito do IFFar, ressalta-se que, pelo fato de envolver uma construção cultural e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dos servidores, principalmente ocupantes de cargos de gestão, a progressão, nesse aspecto, ocorre de forma lenta e gradual. A Política de Gestão de Riscos do IFFar, aprovada em 2017, teve seu processo de revisão iniciado (Processo Nº 23243.003734/2020-45), porém depende de encaminhamentos para conclusão.

Ainda, carecem os servidores do IFFar de uma atuação pautada pela gestão de riscos, que se desenvolve, de um lado, pelo próprio perfil e formação profissionais e, de outro, pela capacitação promovida institucionalmente. Nesse sentido, a administração busca viabilizar, na medida do possível, ações com impacto direto na priorização e na percepção geral a respeito da importância do tema. Cita-se, como exemplo, a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles (Portaria Eletrônica Nº 87/2022 - GRE), que terá entre seus objetivos promover a gestão de riscos em âmbito institucional e supervisionar a execução de políticas relacionadas ao tema.

O IFFar busca, ainda, consolidar uma estrutura de gestão de riscos nos moldes recomendados pelo The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission² (COSO), contemplando as seguintes características:

- Processo contínuo e permanente;
- Aplicado em todos os níveis e unidades da instituição;
- Conduzido por todos os servidores;
- Aplicado à definição das estratégias; e
- Orientado para a realização de objetivos em categorias distintas.

A Política de Gestão de Riscos do IFFar está sendo atualizada por meio do Processo Nº 23243.003734/2020-45. A partir da aprovação dessa política, entre outras atividades que serão desenvolvidas no que concerne à gestão de riscos, será realizado o mapeamento dos riscos e oportunidades com base no planejamento estratégico do IFFar (PDI 2019 – 2026).

² Gerenciamento de Riscos na Empresa – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura e Gerenciamento de Riscos na Empresa. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em 12 mar. 2020.

4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 Governança

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa a, primordialmente, estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de práticas consideradas benéficas.

O último levantamento³, realizado em 2021, demonstra uma pequena evolução do Instituto Federal Farroupilha no índice geral, em relação à avaliação anterior (2018). Abaixo, quadro comparativo.

Quadro 2 - Índice integrado de governança e gestão públicas - IFFar.

iGG 2021 – RESULTADOS IFFAR		
INDICADOR	2018	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	45%	↑55,7%
iGovPub (índice de governança pública)	68%	↓53,9%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	42%	↑49,3%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	21%	↑43,6%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44%	↑52,7%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	41%	↑60,2%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	65%	↓56,1%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	51%	↑61,0%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)*	-	36,8%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)**	-	58,3%

*Avaliado apenas em 2021

³ <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20270%20-%20IF%20Farroupilha.pdf>

**Avaliado apenas em 2021

Em todos os indicadores, o Instituto Federal Farroupilha se situa na faixa de classificação “intermediário” (40% a 69,9%). Embora os índices sejam superiores às médias de pontuação das instituições avaliadas — com exceção do item “iGovPub” —, considerando-se tanto o extrato das instituições de ensino quanto o das entidades autárquicas e/ou, também, dos órgãos do poder executivo, de forma geral, fica demonstrado que a governança do IFFar está em amadurecimento, ainda que distante de um cenário ideal. Contudo, deve-se destacar o avanço significativo do IFFar em seu iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), que passou de 45%, em 2018, para 55,7%, em 2021, de acordo com o instrumento avaliativo do TCU.

4.1.1 Perfil integrado de governança organizacional e gestão pública

A título de exemplo, lista-se algumas forças e fraquezas identificadas no Perfil Integrado de Governança de 2021, conforme as áreas avaliadas (Quadro 3).

Quadro 3 - Forças e fraquezas identificadas no perfil integrado de governança 2021 - IFFar.

FORÇAS X FRAQUEZAS iGG 2021	
GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Modelo de governança estabelecido	Promoção de lideranças
Estratégia definida	Monitoramento do desempenho da gestão
Transparência	Monitoramento da satisfação dos usuários
Compromisso com a integridade	Gestão de riscos
Accountability	Monitoramento dos resultados organizacionais
GESTÃO DE PESSOAS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Definição do quantitativo necessário de pessoal	Disponibilidade de sucessores qualificados
Identificação das lacunas de competências dos colaboradores e gestores	Desenvolvimento das competências dos colaboradores e gestores
Avaliação do ambiente de trabalho organizacional	Identificação dos motivos dos pedidos de movimentação interna de colaboradores
SEGURANÇA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
FORÇAS	FRAQUEZAS

Monitoramento do desempenho da gestão de TI	Capacidade em prestar serviços públicos com qualidade
Planejamento de TI	Gestão de pessoal de TI
Definição de políticas de responsabilidades para a gestão de TI	Processo de gestão de continuidade de serviços de TI
Gestão de contratos de TI	Gestão de riscos de TI
CONTRATAÇÕES	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Definição de modelo de gestão de contratações	Monitoramento do desempenho da gestão de contratações
Contratação e gestão com base em desempenho	Gestão de pessoal de contratações
ORÇAMENTO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Acompanhamento de indicadores que permitem gerenciar o processo orçamentário	Processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária

4.1.2 Relacionamento com partes interessadas e controle social

A atuação das partes interessadas e o controle social sobre o Instituto Federal Farroupilha ocorrem, fundamentalmente, por meio: i) da comunicação direta da sociedade com a autarquia, via ouvidoria, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e outras formas abertas de participação; ii) da participação irrestrita de representantes de todos os segmentos (alunos, servidores, egressos, sociedade civil organizada e governo federal) em órgãos deliberativos, com direito a voto, inclusive; e, especificamente no que tange ao controle, iii) do acesso a dados e informações disponibilizados em atenção à Lei de Acesso à Informação (dados abertos, contratos, processos, atas, execução orçamentária, etc.) e da transmissão, em tempo real, das reuniões realizadas pelas instâncias da alta administração (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, comitês assessores, entre outros).

4.1.3 Ouvidoria

Considerando-se todas as manifestações (754) contabilizadas pelo painel “Resolveu?”⁴, da Controladoria-Geral da União, até o dia 31 de dezembro de 2022, descontados os registros

⁴ <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

arquivados (18), encaminhados a outros órgãos (1) e em tratamento (27), o índice de respostas apresentadas dentro do prazo pelo IFFar é de 93%. Os 7% restantes compreendem respostas entregues com atraso.

Ainda tendo por base a série histórica, o tempo médio de resposta é 24,28 dias, enquanto a satisfação média com o atendimento dos usuários que responderam à avaliação é de 68,48% (52,17% dos respondentes ficaram muito satisfeitos; 13% declararam-se satisfeitos; 4,35% consideraram o atendimento regular; 17,39% ficaram insatisfeitos; e 13,04%, muito insatisfeitos).

Em 2022, o IFFar recebeu 128 manifestações de ouvidoria, das quais 5 foram arquivadas e 76 (79%) foram respondidas dentro do prazo, com um tempo médio de resposta de 26,24 dias, acima do tempo médio identificado nos órgãos e entidades federais no mesmo período (22,74 dias). Vinte respostas (21%) foram apresentadas com atraso. Durante o ano de 2022, quatro usuários responderam à avaliação de satisfação, dos quais 1 se sentiu “muito satisfeito”, um “satisfeito”, e dois “muito insatisfeitos”.

Esse desempenho piorou em relação a 2021, quando 100% das respostas foram apresentadas dentro do prazo. Ressalta-se, no entanto, que o volume de manifestações teve um aumento de 110% em 2022, o que pode ter influenciado no tempo médio de resposta. A satisfação média dos usuários que responderam à avaliação também teve queda em relação a 2021, apesar de o número de respondentes ter aumentado 300% em 2022.

4.1.4 Serviço de informação ao cidadão

Conforme estabelecido pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso à informação se dá principalmente por duas formas: a transparência passiva, ou seja, a disponibilização de dados mediante solicitação dos interessados, e a transparência ativa, que consiste na divulgação espontânea de dados pelas instituições.

A respeito da transparência passiva no IFFar, pelo que se extrai do painel "Lei de Acesso à Informação"⁵, da Controladoria-Geral da União, a atuação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da autarquia é bastante consistente.

O IFFar contabiliza, em 2022, um total de 843 pedidos de acesso à informação recebidos, dos quais 99,76% foram respondidos e 0,24% estão em tramitação. Não há omissões nesse sentido, portanto. Nesse recorte (geral), o tempo médio de resposta do IFFar é de 14,84 dias, praticamente igual ao tempo médio de resposta geral (14,75 dias), calculado com base no conjunto de todos os órgãos e entidades federais.

Em 2022, o tempo médio de resposta do IFFar a pedidos de acesso à informação foi de 12,63 dias, abaixo da sua média histórica e melhor que o de 2021 (14,25 dias). Em relação ao nível de satisfação do usuário, para as perguntas "A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu

⁵ <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

pedido?" e *"A resposta fornecida foi de fácil compreensão?"*, as avaliações, em uma escala de 1 a 5, foram, em 2022, de 4,00 (menor que em 2021) e 4,75 (maior que em 2021), respectivamente. As médias históricas do IFFar, para fins de comparação, são 4,28 e 4,48, respectivamente.

Os órgãos de controle, além de fiscalizar e estimular os órgãos e entidades jurisdicionados a cumprir as normativas da área, estabelecem, objetivamente, conjuntos ou tipos de informações cuja publicação é obrigatória. Tais dados constituem o corpo básico da transparência ativa, o mínimo que precisa estar imediatamente acessível, independentemente de pedido ou interesse demonstrado.

O ideal que se busca é a publicação de toda e qualquer informação que não seja sigilosa nos termos da lei. Entretanto, como se pode constatar facilmente, trata-se de um processo bastante trabalhoso, afetado por fatores como segurança da informação, proteção de dados pessoais, desenvolvimento/manutenção de sistemas, volume de dados para tratamento, entre outros.

De acordo com o que é exigido pelo Tribunal de Contas da União, o IFFar disponibiliza, em seu portal web, uma seção específica de transparência ativa⁶ ("Acesso à Informação"), em que podem ser acessados dados abertos, relatórios de auditorias, ações e programas, convênios, receitas e despesas etc. Nesse aspecto, contudo, de acordo com o painel LAI, a instituição precisa evoluir. Em 2022, o grau de cumprimento de itens de transparência ativa pela autarquia foi de 12,24%, pior quando comparado com o índice de 2021 (24,5%).

Os números demonstram que, embora os principais canais de comunicação direta e de acesso à informação do IFFar pela sociedade estejam funcionando regularmente e com bom desempenho, apesar das dificuldades relacionadas à falta de estrutura, principalmente quanto à força de trabalho, a transparência ativa deve ser aprimorada, como sinalizado pelos órgãos de controle.

4.1.5 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

- Portal do Instituto Federal Farroupilha: <http://www.iffarroupilha.edu.br/>
- Documentos Institucionais: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Conselho Superior (Consup): <http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>
- Plano de Desenvolvimento Institucional: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Relatórios de Gestão Anteriores: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Editais publicados: <http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>

⁶ <https://iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acessoinfo>

- Boletins de serviço: <https://iffarroupilha.edu.br/boletim-de-servi%C3%A7o/sobre-bs>
- Ouvidoria: <http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):
<https://landpage.cgu.gov.br/redirectfalabr/>
- Contatos: <https://www.iffarroupilha.edu.br/contatos-iffar>

4.2 Estratégia e resultados de desempenho

Nos quadros a seguir, são demonstradas as principais ações estratégicas executadas em 2022, bem como os resultados alcançados vinculados à missão institucional e aos objetivos estratégicos expressos no planejamento institucional.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>

Quadro 4 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019-2026.

Objetivo estratégico: Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
Meta 1: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para qualificação de servidores em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPE); • Cursos de doutorado interinstitucional (Dinter) com foco em áreas de interesse da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação do quadro de servidores docentes e TAEs do IFFar com impactos positivos sobre os serviços prestados à comunidade interna e externa, titulação do corpo docente e processo formativo dos alunos; • Dinter: 23 servidores contemplados.
Meta 2: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para qualificação de servidores em nível médio, graduação e pós-graduação.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP). 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação do quadro funcional do IFFar visando ao desenvolvimento profissional dos servidores TAEs e docentes, ao desenvolvimento de competências e ao aprimoramento constante dos serviços prestados;

	<ul style="list-style-type: none"> • PIIQP: 100 servidores contemplados.
Meta 3: Possibilitar, anualmente, a participação em cursos/eventos de capacitação a 70% dos servidores do IFFar.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Participação de servidores em cursos de capacitação de curta duração; • Programa Institucional de Desenvolvimento – PIDes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento de servidores para atualização e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.
Meta 4: Aumento de 5% - até 2022 – do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 55 projetos de pesquisa; • 63 TAEs participantes de projetos de pesquisa; • 43 projetos de extensão; • 174 TAEs participantes de projetos de extensão
Meta 5: Desenvolver, anualmente, ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, atingindo 70% dos servidores.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Ações para promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar dos servidores; • Participação do Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos IFs; • Participação do Comitê Institucional de Emergência (CIE); • Coordenação da Comissão de revisão do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envio de <i>cards</i> e <i>e-mails</i> e organização e participação em <i>lives</i> relacionadas às principais datas comemorativas da saúde, como Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e outros; • Aquisição de equipamentos de segurança e insumos para o enfrentamento da pandemia de Covid-19; • Implantação do Curso de Formação para a Prevenção da Covid-19; • Implantação de cuidados com a saúde física e mental dos servidores articulada com a organização das atividades profissionais; • Implantação do Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida. • 8 projetos voltados à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos servidores (PROEX) – 17 servidores envolvidos
Objetivo estratégico: Promover a ampliação e a manutenção da infraestrutura física das unidades e a revisão e a melhoria dos equipamentos, máquinas, móveis e infraestrutura dos espaços didático-pedagógicos.	
Meta 1: Garantir, no orçamento das unidades, recursos para as atividades de manutenção de infraestrutura física e maquinários.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de maquinários, veículos, 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e conservação de máquinas,

<p>mobiliário e infraestrutura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de serviços terceirizados para segurança patrimonial e manutenção e conservação das unidades institucionais. 	<p>equipamentos, bens móveis e imóveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança patrimonial.
Meta 2: Implantar o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) em 100% das unidades.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projetos de prevenção contra incêndio nas unidades; • Manutenção dos sistemas de combate a incêndio e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança pessoal e patrimonial.
Meta 3: Adequar 100% das unidades às exigências de licenciamento ambiental.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de serviços especializados para realização de projetos, obras e aquisição de equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação das unidades às determinações das leis ambientais.
Meta 4: Expandir a infraestrutura física para equalização das condições de atendimento aos discentes.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Obras, reformas e melhorias para garantir acessibilidade e inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de ginásio, prédios, laboratórios, centro clínico, passarelas e outros, bem como a aquisição de material bibliográfico, equipamentos e reformas em geral.
Meta 7: Garantir no orçamento de cada unidade, recursos para a aquisição e manutenção de máquinas.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Renovação e manutenção de maquinário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de máquinas para as atividades dos <i>campi</i>.
Meta 8: Implantar segurança e vide monitoramento em 100% das unidades.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de serviços de segurança e videomonitoramento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades nos <i>campi</i> e Reitoria.
Meta 9: Aderir a, no mínimo, 1 (um) catálogo de biblioteca digital.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca digital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do acesso a materiais bibliográficos.
Meta 11: Tornar 100% da estrutura física do IFFar condizente com as questões de acessibilidade e inclusão.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de obras de acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso irrestrito às instalações do IFFar.
Objetivo estratégico: Promover a modernização e a ampliação da infraestrutura de TI.	

Meta 1: Atualizar até 2022, 30% da infraestrutura administrativa e didático-pedagógica, física e lógica de TI.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Compra e manutenção de equipamentos de TIC; • Contratação de serviços de internet; • Ampliação de redes de fibra ótica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade dos serviços de TIC para atender às necessidades didático-pedagógicas do IFFar.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento institucional.

Quadro 5 - Ações e resultados relacionados à dimensão alunos e sociedade do PDI 2019-2026.

Objetivo estratégico: Ampliar e garantir a democratização do acesso ao IFFar.

Meta 1: Aumentar em 5%, até 2022, o total de inscrições nos processos de seleção do IFFar (reaplicar em 2022).

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de processo seletivo para ingresso de novos alunos; • Ampliação da oferta de cursos; • Gratuidade da taxa de inscrição nos processos seletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Total de 14.371 alunos matriculados (incluindo concluintes).

Meta 2: Ampliar em 100% a quantidade de vagas ofertadas para o ingresso de alunos, em consonância com os anseios da comunidade local/regional de cada unidade de ensino, até 2026.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de novos cursos; • Ampliação da oferta de vagas; • Realização de campanhas publicitárias para divulgação do processo seletivo de alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Total de 4591 vagas ofertadas nos processos seletivos;

Objetivo estratégico: Fortalecer as políticas de assistência estudantil.

Meta 1: Beneficiar, até 2022, no mínimo, 1.500 estudantes pela política de concessão de auxílios financeiros (reaplicar em 2022).

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Auxílios de moradia estudantil; • Bolsas e auxílios estudantis; • Alimentação estudantil; • Auxílios aos alunos EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alunos atendidos com moradia estudantil: 772 • Alunos atendidos com auxílio transporte: 80 • Alunos atendidos com bolsa e auxílios estudantis: 1673 • Alunos atendidos em programas de saúde 18039

Meta 2: Desenvolver a temática de promoção à saúde da comunidade discente, atingindo 100% dos alunos do IFFar anualmente.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Programas e ações de saúde voltados 	<ul style="list-style-type: none"> • 18039 atendimentos em ações e projetos de

para o discente.	atenção à saúde discente.
Objetivo estratégico: Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
Meta 2: Desenvolver, no mínimo, anualmente, 2 (duas) estratégias de comunicação com a sociedade.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos remotos (lives, palestras e demais) abertos à comunidade externa; • Publicidade em rádios; • Comunicação via redes sociais; • Ações de comunicação com a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do IFFar; • Consolidação da imagem institucional; • Interação com a sociedade; • 40º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul: 11 trabalhos de extensão apresentados no evento; • II Encontro de Egressos: 68 participantes; • Fórum de Extensão para Educação em Direitos Humanos: 91 participantes; • Organização e Realização do Evento "Santa Maria - Caminhos para uma Cidade Educadora", nos dias 22 e 23 de novembro: 45 participantes representando os municípios que compõe o Território Geoparque raízes de Pedra; • FEICOOP: 5 ações desenvolvidas pela Instituição durante o evento: (1 Oficinas, 2 mesas redondas, 1 rodas de conversas e 1 palestra).; • Reuniões e parceria Distrito Criativo/Santa Maria e GT Santa Maria - Cidade Educadora: 30 participantes; • Organização e participação no IV Encontro de Professores de Linguagens da EPT em parceria com as instituições IFFar, UFSM, IFSul e IFRS.: 200 participantes; • XIII Mostra da Educação Profissional e Tecnológica: 60 projetos de extensão apresentados para comunidade interna/externa; • Extensão em Rede - Desenvolver atividades de formação nos temas de extensão: Egressos, Agenda 2030, Protagonismo Feminino na Extensão, Avaliação na Extensão, Economia Solidária, ODSs: 306 participantes; • Participação no descubra 2022/UFSM: 150 escolas participantes; • Comitê pelo meio ambiente: Reuniões, organização de eventos e artigos de servidores do IFFar para publicação no Diário de Santa Maria/RS; <p>Núcleo de Arte e Cultura/NAC: Ações de extensão voltadas à arte e cultura distribuídas nos seguintes eventos:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Mostra Cultural do IFFar; - 3ª Noite Cultural: Diversidade, Inclusão e Resistência: A Arte e a Cultura como Meios de Transformação Social (FEICCOOP); - 3º SER IFFARTE: Encontro dos Servidores-Artistas do IFFar; - Membro do Forcult Sul: Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras da Região Sul (FORCULT Sul) - com reuniões mensais; - Apresentações culturais em atividades institucionais, como Consup, evento de Educação em Direitos Humanos entre outros; - Reuniões diversas com os NAC's de cada <i>campus</i>; <p>Esporte e lazer: - Jogos estudantis/Etapa Institucional (500 participantes), - Jifs/Etapa Nacional (71 participantes), - E-Jifs (Jogos Eletrônicos Nacional/23 participantes).</p>
--	--

Meta 3: Divulgar, anualmente, 100% dos resultados dos projetos e ações desenvolvidos pela instituição no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão

Ações	Resultados
	<ul style="list-style-type: none"> • 311 Resumos expandidos publicados nos anais da Mostra da Educação Profissional e Tecnológica; • 752 resumos publicados nos anais das mostras locais dos <i>campi</i>; • Publicação do Edital nº 333/2022 para seleção de resumos para produção de um <i>e-book</i> com as atividades extensionistas: 24 trabalhos selecionados; • Publicação de artigos por professores do IFFar em jornal local/regional "Diário de Santa Maria": 5 artigos publicados; • Total de ações de comunicação com a sociedade: 459 (144 em educação, 23 em saúde, 24 em meio ambiente, 50 em cultura, 105 em tecnologia e produção, 14 em comunicação, 45 em direitos humanos e justiça, 54 em trabalho).

Meta 4: Ampliar, anualmente, em 5%, as parcerias de cada unidade com os setores público e privado, estabelecidas via convênio, projeto ou outro instrumento formal, com vista ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e à maior interação entre estudantes e sociedade.

Ações	Resultados
-------	------------

	<ul style="list-style-type: none"> • 1 convênio com instituição privada para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica; • 1 projeto com instituição privada para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica; • 179 convênios com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão; • 15 projetos com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão; • 69 convênios com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão; • 36 projetos com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão.
Objetivo estratégico: Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/ regionais.	
Meta 2: Ampliar as ações de qualificação da formação inicial e continuada de professores da educação básica, com a criação de 1 (um) programa de formação continuada para professores e técnico-administrativos das redes públicas estadual e municipais em cada <i>campus</i> , envolvendo os cursos de licenciatura do IFFar.	
Ações	Resultados
	144 ações de qualificação da formação inicial e continuada de professores da educação básica
Meta 3: Mobilidade anual de, no mínimo, 1% dos alunos matriculados entre os <i>campi</i> do IFFar e com outras instituições no Brasil e no exterior.	
Ações	Resultados
	01 aluno
Meta 4: Ofertar, no mínimo, 1 (uma) língua estrangeira extracurricular, anualmente, por <i>campus</i> .	
Ações	Resultados
	6 <i>campi</i> com centro de idiomas; 2 línguas estrangeiras extracurriculares ofertadas; 10 docentes envolvidos nos centros de idiomas; 9 turmas ofertadas na instituição; 180 vagas ofertadas na instituição.
Meta 5: Promover a participação de, no mínimo, 50% dos alunos do IFFar em eventos científicos, a cada ano.	
Ações	Resultados
	533 alunos participantes na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica Mept.
	3132 alunos participantes nas mostras locais

	dos <i>campi</i> .
Meta 6: Ampliar em, no mínimo 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e inovação; • Cursos de extensão; • Concessão de bolsas. 	<ul style="list-style-type: none"> • 105 projetos de pesquisa (científicos) com foco no desenvolvimento local e regional; • 154 alunos integrantes de projetos de pesquisa (científicos) com foco no desenvolvimento local e regional; • 15 projetos de pesquisa (tecnológicos) com foco no desenvolvimento local e regional; • 22 alunos integrantes de projetos de pesquisa (tecnológicos) com foco no desenvolvimento local e regional; • 459 projetos de extensão; • 757 alunos integrantes de projetos de extensão; • 451 docentes integrantes de projetos de extensão; • 78271 – total de público / comunidade externa atingida.
Meta 7: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Incubadoras-campus; • Incubadoras de base tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • 10 incubadoras-campus; • 7 empresas incubadas; • 683 alunos envolvidos nos programas de formação de cultura empreendedora; • 1 empresa júnior.
Meta 8: Ofertar, no mínimo, 1 (um) curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> por <i>campus</i> e 3 (três) cursos <i>stricto sensu</i> no IFFar, até 2026.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • 14 cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; • 341 alunos em realização de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; • 1 curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>; • 44 alunos em realização de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.

Meta 9: Acompanhar e monitorar, no mínimo, 10% dos egressos por meio do Programa de Acompanhamento de Egressos	
Ações	Resultados
	15% percentual de respondentes da pesquisa em relação ao total de egressos aptos a participarem da pesquisa de 2022 II Encontro virtual de egressos do IFFar – 38 participantes.
Objetivo estratégico: Oferecer cursos com excelência, observando a verticalização do ensino e o desenvolvimento local/regional.	
Meta 1: Verticalizar o ensino em todos os eixos/áreas ofertados no âmbito do IFFar.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura e cursos de pós-graduação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Total de cursos de pós-graduação: 15 (7 novos); • Total de cursos de graduação bacharelado: 13; • Total de cursos de graduação licenciatura: 21; • Total de cursos de graduação de tecnologia: 19; • Total de cursos técnicos de nível médio: 61; • IGC = 4.
Meta 2: Reservar, no mínimo, 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio em todos os campi do IFFar, com a inclusão de, pelo menos, 2 (dois) cursos técnicos integrados ao ensino médio.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 61 cursos técnicos de nível médio: 33 cursos técnicos integrados ao ensino médio; 21 cursos técnicos subsequentes e 7 cursos Proeja – considerando cada curso ofertado em todas as unidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 2606 vagas, sendo 1.646 vagas em cursos técnicos integrados de nível médio, 725 vagas em cursos técnicos subsequentes e 235 vagas em cursos Proeja. • 56,76% de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio.
Meta 3: Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos Proeja, conforme prevê o Decreto N ^o 5.840/06, entre os quais, pelo menos 1 (um), curso EJA/EPT (Proeja) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os <i>campi</i> e 1 (um) curso EJA /EPT (Proeja) FIC em todos os <i>campi</i> , como possibilidade de ingresso no Ensino Médio.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 7 cursos Proeja. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 235 vagas em cursos Proeja; • 5,12% de vagas ofertadas em cursos Proeja.
Meta 4: Ofertar, no mínimo, 20% das vagas em cursos de formação de professores em todos os <i>campi</i> do IFFar, com a inclusão de pelo menos 2 (dois) cursos de licenciatura e/ou formação pedagógica em todos os <i>campi</i> .	

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 21 cursos de graduação licenciatura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 735 vagas em cursos de graduação licenciatura; • 16,01% de vagas ofertadas em cursos de graduação licenciatura.
<p>Meta 5: Ampliar a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), incluindo, no mínimo, 1 (um) curso técnico por <i>campus</i> e 5 (cinco) cursos superiores no IFFar.</p>	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 5 cursos técnicos EaD; • Oferta de 4 cursos superiores EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de 200 vagas em cursos técnicos EaD; • Oferta de 160 vagas em cursos superiores EaD.
<p>Objetivo estratégico: Promover a permanência e êxito dos alunos.</p>	
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos integrados de 9,4% para 5%, até 2026; 2 – Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos integrados de 6,79% para 4,5%, até 2026; 3 – Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos subsequentes de 32,3% para 21%, até 2026; 4 – Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos subsequentes de 6,89% para 5,5%, até 2026; 5 – Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos Proeja de 20,2% para 13%, até 2026; 6 – Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos Proeja de 7,93% para 6%, até 2026; 7 – Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de licenciatura de 20,3% para 13%, até 2026; 8 – Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de licenciatura de 13,20% para 9%, até 2026; 9 – Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de tecnologia de 21,6% para 14%, até 2026; 10 – Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de tecnologia de 8,71% para 6,5%, até 2026; 11 – Reduzir do índice de evasão dos cursos superiores de bacharelado de 8,8% para 5%, até 2026; 12 – Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de bacharelado de 23,7% para 18%, até 2026; 13 – Reduzir o índice de evasão dos cursos EaD de 36,3% para 23%, até 2026; 14 – Reduzir o índice de retenção dos cursos EaD de 5,19% para 4,5%, até 2026; 15 – Reduzir o índice de evasão dos cursos de Pós-Graduação de 12% para 8%, até 2026; 16 – Realizar as ações de assistência e inclusão necessárias à permanência de 90% dos 	

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até 2026.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> Programa de Permanência e Êxito; Acolhimento aos discentes; Ações inclusivas; Apoio pedagógico; Atividades extraclasse; Assistência estudantil; Serviços de refeitório; Moradia estudantil. 	<ul style="list-style-type: none"> Indicadores de evasão e retenção disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha no site http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Quadro 6 - Ações e resultados relacionados à dimensão processos internos do PDI 2019-2026.

Objetivo estratégico: Fortalecer as políticas interna e externa de comunicação.	
Meta 1: Ampliar em 10% o total das atividades institucionais de divulgação e promoção até 2023.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> Ações de publicidade para a promoção do IFFar em <i>outdoors</i>, rádios e mídias digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do alcance da imagem institucional; Divulgação dos cursos ofertados; Divulgação dos processos seletivos para ingresso de novos alunos.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 7 - Ações e resultados relacionados à dimensão sustentabilidade financeira e ambiental do PDI 2019-2026.

Objetivo estratégico: Implementar a política ambiental do IFFar.	
Meta 1: Implantação da Política Ambiental do IFFar até 2026.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de materiais e equipamentos para ações de proteção ao meio ambiente; Processo de implantação de usinas fotovoltaicas nos <i>campi</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta e descarte adequados de resíduos; Otimização do consumo e redução das despesas com energia elétrica.
Objetivo estratégico: Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
Meta 1: Ampliar em 100% o total de projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável, até 2026.	
Ações	Resultados
	33 projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICT; 33 alunos integrantes de projetos de pesquisa em parceria com instituições que

	<p>não sejam ICT;</p> <p>Projetos (extensão):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Geoparque Raízes de Pedra; - Cidades Educadoras; - Rede ODS: ODS 11 para Cidades mais inclusivas e sustentável; <p>Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação para a Sustentabilidade (SIEPS);</p> <p>06 alunos integrantes nos projetos de extensão em parceria com instituições públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.</p>
Meta 2: Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse das instituições parceiras e captação de recursos; • Captação de recursos externos através de fundações de apoio à pesquisa e outros órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 33 projetos de pesquisa em parcerias com empresas (exceto projetos ICT); • R\$ 954.200,65 – montante de recursos externos aplicados em projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs financiados com recursos externos; • 10 projetos de extensão em parceria com instituições públicas financiados com recursos externos (2 em parceria com Ministério Público do Trabalho, 7 projetos vinculados à emenda parlamentar e 1 projeto vinculado ao Edital Qualifica Mais Energif – Chamada 2021 (SETEC/MEC); • R\$ 511.310,00 – montante de recursos externos aplicados em projetos de extensão em parceria com instituições públicas.
Meta 4: Promover a criação de produtos e tecnologias na instituição, em decorrência do processo pedagógico, e promoção de seu aproveitamento.	
Ações	Resultados
	<p>3 programas de computadores registrados junto ao IPI (no ano)</p> <p>1 depósito de patente junto ao INPI (no ano)</p> <p>2 indicações geográficas registradas junto ao INPI com a participação de pesquisadores do IFFar (no ano)</p>
Meta 5: Cumprir integralmente a legislação para aquisição de alimentos da agricultura familiar.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de chamadas públicas para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para atendimento aos alunos.
Objetivo estratégico: Planejar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros por meio de procedimentos transparentes, evidenciando o controle de custos e gastos.	
Meta 2: Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.	

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse das instituições parceiras e captação de recursos; • Captação de recursos externos através de fundações de apoio à pesquisa e outros órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 33 projetos de pesquisa em parcerias com empresas (exceto projetos ICT).

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

4.2.1 Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha

Os indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha serão inseridos ao relatório assim que houver a publicação oficial dos dados da PNP. Nesse sentido, prevê-se a seguinte complementação ao documento: Análise crítica dos indicadores acadêmicos; Análise crítica dos indicadores administrativos; Análise crítica dos indicadores socioeconômicos; e Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas.

4.3 Correição

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia é um órgão independente e imparcial, diretamente vinculado ao Gabinete da Reitora. Tem como finalidade responsabilizar-se pelas atividades de controle interno em âmbito disciplinar. Também visa a garantir a probidade dos atos e atividades administrativas desenvolvidas, prevenindo e apurando irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

Atualmente, a equipe de trabalho é formada por um servidor: Ian F. Brites, presidente da Comissão, conforme aprovação na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFFar e disposto na Portaria Eletrônica nº 1283/2022 - GRE. Mas a Copsia teve também o suporte da servidora Cristiane Maria Alves durante o segundo semestre de 2022. Depois desse período, ela foi desligada da comissão e realocada junto à Proen.

Quanto à estrutura física para a execução das atividades da Copsia, a comissão conta com duas salas: uma no segundo e outra no sétimo andar da Reitoria do IFFar. Para a organização do setor, no segundo semestre de 2022, foram contempladas principalmente as seguintes atividades:

Transição de gestão do setor

O atual titular da Copsia iniciou suas atividades no mês de junho de 2022, portanto, as informações prestadas aqui se referem a este período do ano. Embora sejam necessárias e importantes a busca de continuidade do serviço público e a promoção constante de organizações

funcionais que independam de qual servidor ocupa determinada posição, ressalta-se que não houve transição da gestão anterior para a atual.

Tal fato dificulta o trabalho e interfere no bom andamento do setor, considerando que não só os mecanismos de atuação não foram ensinados, como sequer foi entregue relatório da situação à época ou ao menos o mais elementar dos dados, qual seja o número de processos existentes nesta Comissão. Contribui mais ainda a alteração dos sistemas utilizados pela Controladoria Geral da União para a gestão e operação das unidades correcionais federais, o que, somado com a já mencionada inexistência de transição da Presidência anterior para esta, contribui sobremaneira para o andamento extremamente dificultoso dos trabalhos da Copsia.

Levantamento dos processos constantes na Copsia

Organizou-se uma planilha com os processos existentes na Copsia. Para tanto, utilizou-se os seguintes filtros: número do processo; ano; *campus*; período da ciência da autoridade do fato; assunto; servidores envolvidos e fase atual. Conforme essa planilha, a Copsia possui hoje cerca de 130 processos registrados no controle interno.

Sobre as temáticas mais abordadas, a partir do segundo semestre de 2022, a ordem de prioridade no tratamento dos processos deu-se, em primeiro lugar, pelos supostos casos de assédio sexual, conforme ajustado com a autoridade máxima da instituição. Em seguida, verificou-se o aumento de casos de servidores em atividades irregulares durante licença-saúde e afastamento do país sem autorização.

Acerca do montante de casos constantes no setor, ainda não se tem precisão deste número, tendo em vista o elevadíssimo número de novas denúncias recebidas nos últimos meses e a falta de equipe para catalogá-las de maneira tempestiva. Todavia, entende-se que este quantitativo deve chegar à casa dos 170 processos, entre os já registrados e aqueles que constam ainda como investigações preliminares, denúncia recebidas via Ouvidoria, dentre outros.

Sintetização dos fluxos para recebimento de demandas institucionais

Dentre as primeiras atividades realizadas, considerando a inexistência de protocolo ou diálogo aberto com as unidades do IFFar, para priorizar o atendimento das demandas e a padronização dos procedimentos disciplinares, bem como a melhoria do fluxo de informações, foi estabelecido protocolo de procedimentos de denúncias, conforme segue, composto por dez etapas:

Encaminhamento:

Movimento que dá início ao processo de apuração.

Não deve ser protelado.

i. O atraso injustificado em promover o encaminhamento é passível de responsabilização.

Endereçamento:

Portal Fala.br

i. Por qualquer cidadão.

A(o) Diretor(a) Geral do *Campus*

A regra é o endereçamento ao DG do *campus* em que o servidor exerce as suas atividades.

Deve ser encaminhado diretamente ao DG, preferencialmente sem intermediários (ex: Diretores, Coordenadores, Chefes de Setor etc).

Competência via Fala.br:

A Ouvidoria do IFFar será a porta de entrada da denúncia.

Após procedimentos específicos da Ouvidoria, os encaminhamentos internos necessários serão feitos.

Competência via Direções Gerais:

O Gabinete da Reitora será a porta de entrada da denúncia.

Prazo:

A triagem inicial por parte do setor competente (Ouvidoria ou Gabinete da Reitora) será feita em até 60 dias contados do recebimento da informação.

Consequências:

Caso existam indícios razoáveis da ocorrência de irregularidade, um processo com todas as informações existentes avançará nas etapas de apuração.

Caso a denúncia seja infundada, ocorrerá o arquivamento daqueles documentos e o procedimento se encerra naquele momento.

Movimentação inicial:

No caso de criação do processo mencionado anteriormente, este será enviado exclusivamente via Sipac pelo órgão competente à unidade correccional do IFFar, qual seja a Copsia.

Admissibilidade:

A Copsia recebe o processo e dá início ao Juízo de Admissibilidade da situação.

A admissibilidade poderá ser realizada de 3 maneiras, conforme são dispostos os procedimentos correccionais investigativos: a investigação preliminar (IP), sindicância investigativa (SINVE) ou a sindicância patrimonial (SINPA).

Basicamente, o Juízo de Admissibilidade é o momento em que as condutas são individualizadas e dispostas de forma ordenada, impondo a cada conduta descrita na denúncia determinados responsáveis. Após esta "organização", que ocorre em consonância com os parâmetros técnicos dispostos pela CGU, é gerado um relatório final, em que são delimitadas condutas, agentes e possíveis enquadramentos legais.

Recomendação:

Após a elaboração do relatório técnico, o(a) presidente da Copsia encaminha para a autoridade máxima recomendações a serem adotadas, conforme análise preliminar do caso.

Decisão:

Com o relatório em mãos e as ações recomendadas devidamente apresentadas, o(a) Reitor(a) determina medida a ser adotada.

As medidas poderão ser: arquivamento do processo, recomendação de Termo de Ajustamento de Conduta ou aquelas dispostas no rol de Procedimentos Correcionais Acusatórios, com destaque para: sindicância acusatória (SINAC), processo administrativo disciplinar (PAD), processo administrativo disciplinar sumário e o processo administrativo de responsabilização (PAR).

Elaboração de novo Regimento da Copsia

Considerando a necessidade de uma ordenação jurídica moderna, além de poder contar com mais servidores atuantes no setor, bem como a atualização de possibilidades de tratamento de conflitos, foi estabelecido novo regulamento da Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos. Tal Regimento foi tramitado através das vias regulamentares e aprovado por meio do processo 23243.005441/2022- 64 e atualmente se encontra em fase de implementação.

Considerações Gerais sobre a Copsia

Ressalta-se que a Copsia passa atualmente por processo de estruturação do setor, constatado o cenário incipiente e incompleto quanto a procedimentos, a regulamentos definidos e à equipe de trabalho, composta, ainda, por apenas um servidor.

Os principais desafios no ano de 2022, os quais são ainda presentes em 2023, perpassam primordialmente por um acréscimo substancial nos servidores e colaboradores destinados ao setor, que igualmente carece de tempo hábil para questões elementares, como formação e qualificação técnica na área, dentre outras demandas básicas.

Ademais, mesmo com todas as dificuldades passadas e presentes, é possível afirmar que finalmente foi aberto um canal de diálogo adequado com a alta gestão do IFFar, bem como com os gestores locais dos *campi* e setores afins na própria Reitoria da instituição. A perspectiva para o próximo ano é certamente qualificar e aumentar os esforços aplicados pela instituição em sua unidade correcional, para que, o mais breve possível, atinja-se um nível adequado de tratamento e resolução das demandas disciplinares que nesta comissão aportam diariamente.

5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Gestão orçamentária, financeira e de custos

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA/2022) consignou ao IFFar dotação orçamentária no total de R\$ 343.811.849,00. Esse valor é composto pelos programas indicados no Quadro 8.

Quadro 8 - Detalhamento da dotação orçamentária do IFFar por Programa - exercício 2022.

Programa	Descrição	Valor
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	288.393.072,00
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças	3.055.883,00
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.000,00
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	64.036,00
5012	Educação Profissional e Tecnológica	52.297.858,00

Fonte: SIOF 2022

Os valores analisados concentram-se no Programa 5012 – Educação Profissional Tecnológica, cuja dotação inicial de R\$ 52.297.858,00 sofreu redução de 10,9% do custeio equivalente ao valor de R\$ 3.765.938,00 no total, restando o valor (PLOA 2022) de R\$ 48.531.920,00. Nestas análises não foram considerados os Termos de Execução Descentralizadas (TEDs/NCs – Destaque Recebido, Conta Contábil 522220101), que totalizam R\$ 8.614.402,77, entre recurso de custeio e de capital.

O Programa 5012 é composto pelas ações:

- **20RG** - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 1.610.964,00, exclusivo para investimento.
- **20RL** - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no valor de R\$ 36.526.062,00
- **2994** - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 14.160.832,00. A partir da Dotação recebida no exercício de 2022, pelo IFFar, foram empenhados R\$13.193.493,00, do saldo após reversão orçamentária, o qual ficou em R\$ 13.653.886,00 o que representam 96,63 % do autorizado na LOA 2022.

O montante inscrito em restos a pagar não processados totalizou R\$ 10.910.100,00, com a maior parcela composta por Custeio R\$ 9.764.879,00, num percentual de 76,95%, e em Obras e

Instalações com percentual de 89,50% bem como aquisições de equipamentos e material permanente que serão entregues em 2022.

No que diz respeito à Execução Financeira, o valor empenhado em 2022 no programa 5012 totalizou R\$52.297.858,00 com a maior parte R\$ 32.753.606,00 - referente à execução de despesas necessárias ao funcionamento do IFFar.

O Quadro 9 apresenta a execução orçamentária e financeira do Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica detalhado por ação, grupo e elemento de despesa:

Quadro 9 - Execução orçamentária e financeira - Programa 5012.

Ação	Natureza Despesa		Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas inscritas em RPNP	Despesas pagas
20RG	449051	Obras e instalações	1.571.599,31	928.893,12	642.706,19	928.893,12
	449052	Equipamentos e material permanente	39.356,40		39.356,40	
20RL	449030	Material de consumo	11.589,99	11.589,99		11.589,99
	449040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	48.287,91	35.154,66	13.133,25	35.154,66
	449051	Obras e instalações	303.022,31	250.129,12	52.893,19	250.129,12
	449052	Equipamentos e material permanente	619.102,69	221.970,73	397.131,96	221.970,73
20RL	335047	Obrigações tributárias e contributivas	1.500,00	1.500,00		1.500,00
	339014	Diárias – pessoal civil	387.270,83	387.270,83		387.270,83
	339018	Auxílio financeiro a estudantes	856.015,49	852.015,49	4.000,00	845.515,49
	339020	Auxílio financeiro a pesquisadores	1.078.975,29	1.078.975,29		1.078.975,29
	339030	Material de consumo	3.612.240,39	2.811.322,78	800.917,61	2.811.322,78
	339033	Passagens e despesas com locomoção	352.219,31	342.178,69	9.940,62	339.879,30
	339036	Outros serviços de terceiros – pessoa física	747.023,03	743.123,03	3.900,00	592.140,27
	339037	Locação de mão-de-obra	12.056.995,59	9.531.714,94	2.525.280,65	9.311.762,58
	339039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	12.365.045,81	7.993.010,24	4.372.035,57	7.859.764,91
	339040	Serviços de Tecnologia da Informação e	774.652,27	568.258,00	206.394,27	568.258,00

		comunicação – PJ				
	339047	Obrigações tributárias e contributivas	101.901,20	94210,58	7.690,62	93.636,89
	339048	Outros auxílios financeiros a pessoa física	117.125,31	111.500,15	5.625,16	111.500,15
	339092	Despesas exercícios anteriores	17.089,16	17.089,16		14.726,06
	339093	Indenizações e restituições	179.636,98	179.636,98		179.636,98
	339139	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (intra)	62.173,78	38.492,20	23.681,58	38.492,20
	339147	Obrig. Trib. e Contrib- Op. Intra-orçamentárias	43.742,32	34.893,31	8.849,01	33.158,70
2994	339018	Auxílio financeiro a estudantes	2.207.053,00	2.207.053,00		2.207.053,00
	339020	Auxílio financeiro a pesquisadores	2.400,00	2.400,00		2.400,00
	339030	Material de consumo	1.777.728,77	1.531.187,62	264.541,15	1.513.276,24
	339037	Locação de mão-de-obra	4.198.845,17	3.358.865,89	264.541,15	1.513.276,24
	339039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	5.005.933,81	4.295.889,64	710.044,17	4.277.332,99
	339093	Indenizações e restituições	1.532,71	1.532,71		1.532,71

Fonte: SIOP - 2022.

Conforme demonstrado a partir dos dados da planilha de execução do Programa 5012 acima, podemos observar que os valores empenhados nos elementos Serviços de Terceiros PJ R\$ 12.365.045,00, Locação de Mão-de-obra R\$ 12.056.995,00, e Material de Consumo R\$ 3.612.240,00, da ação 20RL somados R\$ 28.034.281,00 correspondem a aproximadamente 57,75 % do total de custeio empenhado na ação 20RL. Com isso evidencia-se o expressivo desembolso com contratos de serviços como limpeza e vigilância, necessários ao funcionamento de toda a instituição.

Referente à ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, esta teve como dotação inicial o valor de R\$ 14.160.832,00, e após alteração orçamentária ficou com valor de dotação de R\$ 13.653.886,00. Desses, foram executados R\$ 13.193.493,00; o que corresponde a 96,63 % dos recursos consignados ao IFFar.

Portanto, houve enfoque para o elemento Auxílio Financeiro a Estudantes, com o total executado, o que denota a prioridade dada aos recursos destinados diretamente aos estudantes.

No exercício de 2022, a execução orçamentária do IFFar ocorreu de forma descentralizada, parcial, visto que os *campi* possuem relativa autonomia para gestão da dotação a eles consignadas. Com a centralização das contratações na UASG da Reitoria, no exercício de 2022, os processos de Adesões Tardias, principalmente os que se referem a orçamento de custeio, foram empenhados pela UASG 158127 e sub-rogados aos *campi* do IFFar.

Os valores recebidos na LOA 2022 concentram-se no Programa 0032 (Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo) foram de R\$ 288.393.282,00.

O Programa 0032 é composto pelas seguintes ações, com os respectivos valores:

- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes (R\$ 2.169.922,00);
- 20TP - Ativos Civis da União (R\$212.107.196,00);
- 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes (R\$12.083.556,00);
- 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (R\$ 108.000,00);
- 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação E Requalificação (R\$ 240.000,00);
- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (R\$ 18.977.582,00);
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (R \$42.706.816,00).

Fonte: SIOP 2022

No exercício de 2022, ao longo do exercício, ocorreram cortes orçamentários, os quais somados ultrapassaram a 10% no orçamento de custeio. Tais cortes impactaram de forma significativa as ações que estavam previstas no Plano de Ação Institucional 2022, principalmente para custear as atividades de manutenção da Instituição.

Ainda, devido aos repasses financeiros, principalmente no segundo semestre do ano, ocorrendo uma vez no mês, trouxe impactos negativos junto a fornecedores, que após prestados os serviços e /ou entregadas as mercadorias, tiveram seus pagamentos executados muitas vezes em prazo superior a trinta dias da emissão da nota fiscal.

Para a superação desses desafios, pretende-se trabalhar de forma integrada tanto na Pró-Reitoria de Administração quanto nas unidades da Instituição, no intuito de capacitar todos os

gestores, para que ocorra fielmente o acompanhamento e o cumprimento do Plano de Ação Institucional.

Aprimorar a forma de trabalho, estabelecendo rotinas diárias de atividades, será um passo importante a ser implementado na Proad, tendo o seu início (projeto) iniciado no exercício de 2022, para ser implementado no exercício de 2023.

6 GESTÃO DE PESSOAS

6.1 Conformidade legal

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha está vinculada ao órgão setorial na área de pessoal no Ministério da Educação — MEC denominado de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas — CGGP, a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que atualmente denomina-se Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, a qual edita normas e orientações com relação a área de pessoal.

Nesse sentido, a partir da Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, que propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a Gestão de Pessoas apresenta-se como estrutura importante na organização do resgate e registro de informações de pessoal, articulando a promoção de capacitação e qualificação dos quadros de pessoal, requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Dessa forma, para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha trabalha com observância da Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e da Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda, com relação às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, são utilizadas as Resoluções do Conselho Superior do IFFar, Pareceres do Colegiado de Dirigentes e Instruções Normativas, as quais seguem as Notas Técnicas e Orientações Normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP).

6.1.1 Órgãos de controle

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU), de forma a corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas - apontamentos, diligências e recomendações - são respondidas com atenção aos prazos e controles.

No ano de 2022, foram apurados indícios motivados pelo TCU que trataram de possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, recebimento indevido de

auxílio-transporte, quebra da Dedicção Exclusiva e outros, conforme quantitativos de apontamentos respondidos descritos abaixo:

1. Acumulação irregular de cargos: 3
2. Auxílio alimentação pago em duplicidade: 5
3. Inativo sem concessão de aposentadoria: 1
4. Pensão civil sem ato de concessão: 2
5. Servidor/Empregado mantido em folha de pagamento como inativo, apesar de o respectivo ato de aposentadoria/reforma ter sido julgado ilegal ou inepto: 1
6. Dedicção exclusiva desrespeitada: 3
7. Ato de pessoal devolvido ao gestor de pessoal para ser reenviado pelo sistema E-Pessoal em 60 dias, em cumprimento ao acórdão 1414/2021 – Plenário: 3
8. Pagamento de parcela decorrente de ação judicial não transitada em julgado, apesar da possível conclusão do processo judicial: 3

Ressalta-se que todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

Atos SISAC/e-pessoal no ano de 2022:

- Admissão: Total 131 - 22 (Regime estatutário) e 109 (Lei 8745/93)
- Desligamento: 38
- Aposentadoria: 11
- Pensão Civil: 03

6.2 Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é composto, em sua maioria, por duas carreiras: docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº 12.772/2012 e Técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091/2005. Também constituem o nosso quadro de servidores, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída, por meio das lotações de pessoal, nas onze (11) unidades de ensino e uma (01) unidade administrativa conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Força de trabalho do IFFar - servidores efetivos.

Unidade	Docente	Técnico-Administrativo em Educação
Reitoria	00	97
Alegrete	102	79
São Vicente do Sul	117	102
Santa Rosa	67	54
Júlio de Castilhos	69	59
Santo Augusto	64	52
Panambi	68	53
São Borja	59	53
Jaguari	40	37
Santo Ângelo	54	43
Uruguaiana	24	15
Frederico Westphalen	62	38
Total	726	682

Fonte: SIAPE. Extração 20.03.2023.

Além disso, pode-se traçar o perfil da força de trabalho do IFFar, conforme segue: Quanto à jornada de trabalho, a grande maioria dos servidores TAEs estatutários são submetidos à jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, e o perfil predominante dos Docentes é ser estatutário e submetido ao regime de dedicação exclusiva, conforme indicado no Quadro 11.

Quadro 11 - Perfil da força de trabalho do IFFar com relação à jornada de trabalho.

Carreira	Jornada	Nº de servidores
TAE	40h	670
	30h	02
	25h	05
	20h	05
Total		682
Docente	Dedicação Exclusiva	721
	40h	02
	20h	03

Total		726
-------	--	-----

Fonte: SIAPE/SIG

Em termos de composição, os servidores do gênero feminino são maioria na instituição, representando 52,5 % do quadro funcional, de acordo com o descrito no Quadro 12.

Quadro 12 - Perfil da força de trabalho do IFFar com relação à sexo.

Sexo	Docente	TAE
Masculino	346	323
Feminino	380	359

Fonte: Sistema Integrado de Gestão. Extração 20/03/2023.

O Quadro 13 apresenta dados sobre a titulação dos servidores, com dados quantitativos para cada nível de qualificação dos servidores do IFFar.

Quadro 13 - Titulação dos servidores do IFFar.

Titulação	Docente	TAE
Doutorado	384	48
Mestrado	319	248
Especialização	21	264
Aperfeiçoamento	2	4
Graduação	0	81
Ensino médio	0	28
Ensino fundamental	0	4
Ensino fundamental incompleto	0	5

Fonte: Sistema Integrado de Gestão. Extração 20/03/2023.

6.2.1 Quantidade de cargos gerenciais ocupados

No Quadro 14, é possível verificar o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-03 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União, e os demais Cargos em Comissão/gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

Quadro 14 - Quantitativo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas do IFFar.

Cargos de Direção		Função Gratificada	
CD 01	01	FG 01	75
CD 02	15	FG 02	92
CD 03	20	FG 03	08
CD 04	41	FG 04	10
		FG 05	20
		FUC	120

Fonte: SIORG. Extração 20/03/2023.

6.2.2 Estratégica de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e alocação de pessoal no IFFar é realizado através de concurso público e processos seletivos simplificados.

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

E o art. 10 da Lei nº 8.112/1990:

A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Acrescenta-se que o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG. Em decorrência do Decreto nº 7.312/2010 e do Decreto nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais temporários regidos pela Lei nº 8.745/93, referente a professores substitutos, são normatizados pela própria Lei e pela Instrução Normativa 28/2021 do Gabinete da Reitora do IFFar.

Quanto aos provimentos das vagas previstas em concurso, estes devem estar planejados pela Instituição, de acordo com Portaria Interministerial 109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação - MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme art. 2º, inciso I, alíneas b e c:

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:

I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:

b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e

c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018 e com o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, bem como vedam a abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas Unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação trazendo os quantitativos de Técnico-administrativos em Educação e de Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de docentes na Reitoria. A partir da portaria 246, de 15 de abril de 2016 (primeiro modelo de dimensionamento), o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

A mobilidade interna dos servidores da Instituição é feita, desde 2013, por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido, visando a selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei nº 8.112/1990. E, desde agosto de 2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Constatou-se a ocorrência de remoções em virtude de motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como remoção para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto na Lei nº 8.112/90. Além disso, no ano de 2022, 06 (seis) servidores Técnico-administrativos em Educação e 10 (dez) docentes foram removidos no IFFar, pelos diferentes motivos previstos em lei.

6.3 Detalhamento da despesa de pessoal

A despesa de pessoal no IFFar apresenta anualmente acréscimo devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras Docente e TAE. Em quantitativos globais, o total de servidores passou de 1.360, no ano de 2021, para 1.408, no ano de 2022.

Os valores do exercício 2022 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão tiveram um pequeno aumento devido ao recebimento de judiciais e progressões dos servidores nas carreiras. Houve redução significativa no pagamento de exercícios anteriores com relação ao ano de 2021. Salienta-se que o pagamento de exercícios anteriores ocorre através de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, dessa forma, considera-se normal a oscilação nos valores.

6.3.1 Custos de Pessoal no exercício 2022 e anos anteriores

Quadro 15 - Custos de pessoal no exercício 2022 e dois anos anteriores no IFFar

QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO 2022 E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2022	R\$ 93.786.144,09	R\$ 0,00	R\$ 50.264.979,36	R\$ 7.682.845,38	R\$ 10.083.770,44	R\$ 16.900.460,94	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 178.977.099,87
	2021	R\$ 92.417.587,18	R\$ 0,00	R\$ 49.515.448,07	R\$ 8.216.755,15	R\$ 9.853.990,16	R\$ 15.957.984,00	R\$ 48.385,50	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 176.973.658,83
	2020	R\$ 89.975.140,20	R\$ 0,00	R\$ 45.143.256,43	R\$ 5.611.201,40	R\$ 10.102.176,91	R\$ 15.330.713,66	R\$ 419.624,40	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 166.739.359,68
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2022	R\$ 5.533.497,66	R\$ 0,00	R\$ 608.056,56	R\$ 31.668,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.173.222,42
	2021	R\$ 4.000.684,89	R\$ 0,00	R\$ 405.285,94	R\$ 59.725,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.465.696,11
	2020	R\$ 4.438.952,33	R\$ 0,00	R\$ 512.700,70	R\$ 16.750,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.968.403,13
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2022	R\$ 429.926,50	R\$ 0,00	R\$ 31.878,56	R\$ 18.423,49	R\$ 17.404,00	R\$ 10.606,91	R\$ 0,00	R\$ 1.027,87	R\$ 0,00	R\$ 509.267,33
	2021	R\$ 318.854,72	R\$ 0,00	R\$ 40.409,87	R\$ 19.059,41	R\$ 10.076,00	R\$ 12.098,20	R\$ 0,00	R\$ 2.446,49	R\$ 0,00	R\$ 402.944,69
	2020	R\$ 204.182,57	R\$ 0,00	R\$ 15.945,40	R\$ 3.843,09	R\$ 5.496,00	R\$ 9.150,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.617,30
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.404.163,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 4.663.062,82
	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.500.552,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 5.464.061,14
	2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.414.611,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 4.571.858,22
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 674.661,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 933.561,54
	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 667.641,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 1.631.150,22
	2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 663.914,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.876,74	R\$ 86.369,94	R\$ 821.160,88

Fonte: SIG

6.4 Estratégias de gestão de pessoas

6.4.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A carreira Técnica-administrativa em Educação (TAE) está fundamentada pela Lei nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui, ainda, quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada 18 meses, quando realizada a Progressão por Mérito Profissional, existindo, ainda, a progressão por capacitação, o que ocorre também a cada 18 meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) e Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente, ocorre a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios Institucionais.

Além disso, de acordo com o art. 18, da Lei nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução Consup nº 62, de 05 de novembro de 2014 (que está sendo atualizada).

Assim, todos os anos é recorrente que algumas concessões de RSC sejam revogadas ante o encaminhamento da Retribuição por Titulação, haja vista a política institucional de qualificação profissional.

6.4.2 Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar estabeleceu, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), o qual se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio Mensalidade e Auxílio Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós-graduação *strictu sensu*. No ano 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós-graduação *lato sensu*, em Instituições públicas ou privadas no país, reconhecidas em suas devidas instâncias.

Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP são fracionados de forma igualitária entre as três modalidades existentes, em caráter de ressarcimento, sendo as modalidades caracterizadas como:

- a) Bolsa de Estudo (PIIQP-BE): Destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, em cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais;
- b) Auxílio Mensalidade (PIIQP-AM): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais e privadas;

- c) Auxílio Deslocamento (PIIQP-AD): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais localizadas em municípios diferentes ao de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas, estão os recursos destinados ao PIIQP e PIIQPE que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre através de edital semestral em que o servidor deverá atender às exigências da Resolução *Ad Referendum* Consup Nº 011/2020, de 13 de maio de 2020.

No ano de 2022, foi utilizado um total de R\$ 288.144.037,00 em recurso para o PIIQP, restando um saldo de R\$ 3.177,11, considerando as regras institucionais para concessão do programa. O Quadro 16 detalha a distribuição do número de bolsas vinculadas ao PIIQP no ano de 2022.

Quadro 16 - Número de bolsas por modalidade vinculadas ao PIIQP no exercício de 2022.

Primeiro Semestre de 2022		Segundo Semestre de 2022	
Modalidade	Número de servidores contemplados	Modalidade	Número de servidores contemplados
PIIQP-BE	61	PIIQP-BE	62
PIIQP-AM	12	PIIQP-AM	14
PIIQP-AD	36	PIIQP-AD	44
Total de 100 servidores contemplados em 2022			

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – Instituto Federal Farroupilha.

Com relação ao Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) atualizado através da Resolução *Ad Referendum* Consup Nº 011 de 2020, o referido programa possui caráter e proposição institucional com objetivo de atender a qualificação, em nível de Pós-graduação *strictu sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no exterior e no país.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, especializações em Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, conveniado com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PIIQPPE está em andamento através do Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de Computação, convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Pelotas, e que possui 23 servidores cursando desde março de 2020.

Com relação à qualificação profissional, em atendimento ao art. 96-A da Lei nº 8.112/90, o qual prevê a possibilidade de afastamento integral para realização de curso de Pós-graduação *stritu sensu*, o IFFar, desde 2011, possibilita que os servidores se afastem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação.

Nesse sentido, ante a publicação do Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foi realizada atualização da normativa institucional, por meio da Resolução Consup Nº 057 de 2020, de 25 de setembro de 2020, a qual normatiza os afastamentos para ações de desenvolvimento, entre elas o afastamento integral, prevendo a realização de seleção, por edital semestral, no percentual de 10% de total de servidores, por categoria (docentes e técnico-administrativos), os quais concorrem entre si.

No ano de 2022, foram publicados dois editais de seleção para afastamento integral, disponibilizando 26 vagas para docentes e 52 vagas para técnico-administrativos do IFFar.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores por meio de capacitação e de formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida dos servidores e projetos culturais o Programa Institucional de Desenvolvimento (PIDes), foi criado em 2014 e atualmente é disciplinado pela Resolução *Ad Referendum* Nº 12 de 2020, de 13 de maio de 2020, efetivando-se por meio de cadastro em fluxo contínuo dos projetos e ações.

O PIDes prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução Consup Nº 077 de 2019, de 11 de dezembro de 2019, concedido através de edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio de cada Unidade do IFFar. No ano de 2022, o valor correspondente a 1% do custeio de cada Unidade somou o total de R\$ 322.049,00.

6.4.3 Levantamento de necessidades de desenvolvimento

Em agosto de 2019, a partir da edição do Decreto nº 9.991 de 2019, que revogou o Decreto nº 5.707 de 2006 e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, as capacitações e qualificações dos servidores devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento do IFFar (PDP), o qual foi cadastrado na plataforma conforme o prazo estabelecido.

Salienta-se que todo ano o PDP do IFFar deverá ser planejado e cadastrado, o que será realizado a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias, bem como desenvolvimento de um grupo de trabalho que indique ações de capacitação na busca do atendimento aos objetivos institucionais, partindo das metas estabelecidas no PDI 2019-2026.

Por fim, é importante destacar que no ano de 2022, com o levantamento de necessidades de desenvolvimento realizado com os servidores (individualmente) e gestores, houve o cadastro de 114 ações, distribuídas entre afastamento integral, licença capacitação, cursos e eventos nas

diferentes áreas de atuação, sendo que o acompanhamento pode ser realizado através da home page do IFFar, no Menu PDP.

6.4.4 Implementação do Programa de Gestão

Em atendimento à demanda recebida de um quantitativo significativo de servidores, no mês de julho de 2022, foi dado início ao projeto piloto de Programa de Gestão no âmbito do IFFar. A partir da publicação da Portaria nº 695/2022, do Edital 228/2022 e da Instrução Normativa 10/2022 do Gabinete da Reitora, originada após ampla discussão do Grupo de Trabalho designado para a tarefa, o funcionamento do projeto foi autorizado para os setores que se enquadram nos pré-requisitos definidos. Em 30 de dezembro de 2022, a Portaria nº 695/2022 foi revogada e substituída pela Portaria nº 1583/2022, que autorizou a continuidade do Programa de Gestão no IFFar nos termos do Edital nº 448/2022, que substituiu o Edital nº 228/2022.

Programa de Gestão e Desempenho - PGD é o nome dado ao modelo de trabalho instituído pela Administração Pública Federal, por meio da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020 (IN 65/2020). Suas bases de funcionamento são:

- substituição do controle de frequência dos agentes públicos (o famoso “bater ponto”) por uma gestão de pessoas baseada em resultados; e
- inovação nos arranjos de trabalho, tanto em relação aos locais (presencial, teletrabalho e híbrido), quanto aos horários de execução (síncrono e assíncrono).

Apesar de sinônimos, os termos “teletrabalho” e “trabalho remoto”, usualmente, têm sido diferenciados pela Administração Pública Federal, conforme as circunstâncias e o fundamento legal. O trabalho remoto extraordinário, originado por força da pandemia, teve como principal característica a realização das atividades fora das dependências físicas do órgão. Já o teletrabalho, modalidade de trabalho prevista no PGD, instituído pela IN 65/2020, e posteriormente pelo Decreto nº 11.072/2022, tem como foco o controle dos resultados alcançados pelos agentes públicos, independentemente do local de trabalho, além de ter a obrigatoriedade da utilização de sistema informatizado.

O IFFar, durante o período do projeto piloto (segundo semestre de 2022), teve 132 servidores que ingressaram no PGD, sendo 76 em regime parcial e 56 em regime integral.

6.4.5 Sias e política de qualidade de vida dos servidores do IFFar

O Núcleo Saúde e Segurança do Trabalho sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) do Instituto Federal Farroupilha, a qual tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica

e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo Federal. Durante o período foram realizadas importantes ações objetivando a saúde do servidor. Essas informações serão expostas, no presente relatório. Para facilitar a compreensão, algumas definições serão fornecidas a seguir:

- I. **Equipe multiprofissional:** composta por um conjunto de servidores com formação em diversas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento de ações de saúde, segurança do trabalho e atividades administrativas, podendo contribuir para a avaliação pericial com pareceres técnicos específicos de sua área de atuação a fim de qualificar a intervenção.
- II. **Avaliação Social:** realizada pela assistente social integrante da equipe multidisciplinar do SIASS, externaliza uma sugestão técnica para a melhor solução da situação pericial apresentada, fazendo uso de técnicas e instrumentos pertinentes ao exercício da profissão, necessários para a análise, interpretação da situação em questão e elaboração do parecer que subsidiará a decisão pericial.
- III. **Perícia oficial em saúde:** ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e a capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.
- IV. **Junta oficial em saúde:** perícia oficial em saúde realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas.
- V. **Licença por motivo de saúde:** direito de o servidor ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente. São espécies das referidas licenças: a licença para tratamento da própria saúde, conforme disposto nos artigos 202, 203 e 204 da Lei nº 8.112/1990; licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme disposto nos artigos 83 e 204 da Lei nº 8.112/1990; a licença à gestante, conforme disposto no Art. 207 da Lei nº 8.112/1990; e a licença por acidente em serviço, conforme disposto nos artigos 211 e 212 da Lei nº 8.112/1990.
- VI. **Registro de atestados:** inclusão virtual de licenças dispensadas de perícia no SIASS por um servidor técnico-administrativo das Unidades de Saúde do IFFar com acesso administrativo no sistema, tendo por base atestados emitidos por profissional médico ou odontólogo assistente externo.

6.4.5.1 Ações em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

- I. Revisões mensais e atualização do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19 no IFFar, de acordo com as atualizações dos órgãos nacionais e mundiais de Saúde. Responsável pelo acompanhamento dos processos

relacionados à aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção e insumos na instituição.

- II. Acompanhamento das diretrizes relativas à realização de trabalho remoto no âmbito do IFFar, de modo a contemplar questões inerentes ao cuidado com a saúde física e mental dos servidores, articulada com a organização das atividades profissionais, rotinas diversas, reuniões, contato com chefia, horários e ferramentas de comunicação, rotinas em andamento.
- III. Coordenação do Curso de Formação para Prevenção do Covid-19, a partir de maio de 2021, com reuniões mensais em 2021, revisões periódicas e em andamento.
- IV. Participação do Comitê Institucional de Emergência (CIE), desde o dia 27/03/2020, em andamento.
- V. Participação/coordenação da Comissão Institucional de Acompanhamento Periódico das Ações de Mitigação, com atividades diárias de apreciação de solicitações de execução de atividades presenciais nas instalações da Reitoria desde o dia 17/08/2020, em andamento.
- VI. Coordenação da Comissão de revisão do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19 no IFFar, constituído pela Portaria Nº 1452, de 29 de novembro de 2021, em andamento.
- VII. Participação do Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos Institutos Federais, UNIFICA, formado por membros dos institutos e instituições federais de ensino partícipes do GT Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Forgep.
- VIII. Participação no GT do Passaporte Vacinal Covid-19 e de elaboração da IN 04/2022, fornecendo orientações para retorno presencial integral nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFFar.
- IX. Ações de promoção da saúde por meio do envio de cards via e-mail, relacionado a campanhas nacionais de prevenção e cuidado, bem como participação na organização e divulgação de diversas *lives* durante o ano, com temáticas abaixo descritas:

Janeiro: Live - Webtv, Unifica, Janeiro Branco - promoção à saúde mental. Interpretação de libras emissão de certificado.

Fevereiro: Card informativo. Colaboração de três profissionais de Saúde para tirar dúvidas e trazer informações sobre as doenças que são destacadas na campanha nacional deste mês, Fevereiro Roxo. Médicas Ana Luiza Rabelo Rolim, Fernanda Alencar de Almeida Pereira Fabricio e Cynthia Tejo falaram sobre Lúpus, Doença de Alzheimer e sobre a Fibromialgia.

Live - WebTv do IFBA. Saúde do Servidor: preparação para a aposentadoria - Reforma da previdência / Dra Carla Antloga (UNB) e da doutoranda Elen de Léo (UFRRJ). As palestrantes abordarão o tema Saúde Mental, Qualidade de Vida e as Relações com o Trabalho. Certificação.

Março: Cartilha informativa. E-mail servidores. Março Lilás é dedicado também à campanha de prevenção e combate ao câncer de colo uterino.

A campanha busca estimular a população feminina para os cuidados de prevenção contra esse tipo de câncer, além de alertar para os principais sinais e sintomas que devem direcionar as mulheres a buscarem ajuda médica.

Live Mulheres exaustas. Libras e certificação. Cinthia Dalpino é escritora, jornalista, Ghost writer. "Estamos exaustas, mas a gente nem tem força para gritar. Se a gente grita, é surtada. Se chora, está na TPM. Se reivindica direitos, está exagerando ... Da raiva, nasce a vontade de querer transformar tudo. Daí, ela renasce... Dia após dia Como todas as mulheres do mundo..."

Abril: Cartilha informativa. Abril é o mês da conscientização mundial sobre o autismo. O mês foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU), para lembrar a data e chamar a atenção da sociedade para o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O autismo é uma condição de saúde caracterizada por desafios em habilidades sociais, fala e comunicação não-verbal; entretanto, terapias adequadas a cada caso podem auxiliar essas pessoas a melhorar sua relação com o mundo...

Live - Webtv Segurança do Trabalho Certificação/Libras.

"Ergonomia no Trabalho e Doenças Ocupacionais Relacionadas", em alusão ao Abril Verde mês de campanha da Conscientização e Prevenção ao acidente no ambiente de Trabalho, em razão do dia 28 de abril que é dedicado ao Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidente do Trabalho. Card/folder: E-mail servidores Dia Nacional de combate a Hipertensão Arterial.

Mai: Live - primeiros socorros na escola. Vamos falar sobre capacitação em primeiros socorros dos profissionais que trabalham em instituições de ensino? Aspectos legais relacionados às situações de primeiros socorros!

Junho: Live "ORGULHO LGBTQIA+ "Movimento internacional de conscientização sobre a importância do combate à homofobia para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e igualdade, independente do gênero sexual". Convidamos o psicólogo Juliano Beck Schott que abordará o tema "População LGBTQIA+: notas sobre saúde mental, assédio e preconceito".

Agosto: Live - "Autismo e neurodiversidade - caminho para o acolhimento institucional", com a participação de Aline de Assis Lago, Professora EBTT no IFBaiano, doutora em Zootecnia, autista/TDAH/altas habilidades; Neide Calazans, Auxiliar em Administração no IFAL, mãe de autista e Psicóloga e mediação da Psicóloga do IFBaiano Edna Melo e Silva.

Setembro: IFFar para dialogarmos sobre "Presenteísmo e burnout X planejamento e autocuidado", com a participação de Rose Shimabuku, doutora em psicologia.

Outubro: Mês servidor Live - Um pouco mais sobre presenteísmo - Rose Shimabuku.

Novembro: Cards Outubro rosa e novembro azul - ação unificada das duas campanhas com foco informativo e de prevenção Elaboração Curso de primeiros socorros

Dezembro: Ação de promoção Dezembro vermelho, card e realização de testes rápidos.

Ações de prevenção contínuas: Acompanhamento e monitorização de sinais vitais (PA/SpO2/FC) presencial dos servidores da Reitoria; realização de testes rápidos: Covid-19 (53 testes realizados, de agosto à dezembro), HIV, Sífilis, Hepatites B e C (57 testes realizados de agosto à dezembro), HGT - hemoglicoteste (36 testes realizados de junho à dezembro).

Promoção continuada: Elaboração de Curso de Primeiros Socorros para Profissionais da Educação, via Moodle. Extensivo à toda comunidade acadêmica do IFFar e externos.

Curativas: Realização de procedimentos invasivos: aplicação de injeções intramusculares de acordo com prescrição médica externa, curativos.

Por fim, dentro da Política de Qualidade de Vida no Trabalho do IFFar, no ano de 2022, foram realizadas diversas ações institucionais, tanto presenciais quanto remotas, através de lives pela TV Web do IFFar e de IFes integrantes do Comitê Nacional de Qualidade de Vida dos Institutos Federais, visando à promoção e à manutenção da saúde, da segurança e da qualidade de vida dos servidores.

6.4.5.2 Atividades em Perícia Oficial em Saúde

No que se refere a avaliações sociais, cumpre-nos informar que foram realizadas oito avaliações durante o exercício de 2022. Já quanto a atividades de formação institucional ministradas, registra-se a promoção de um Curso de Capacitação para Procedimentos Administrativos em Perícia Oficial em Saúde (40h) e um Curso de Capacitação em Perícia Oficial em Saúde para Odontólogos (20h).

No que se refere a quantitativo de atestado durante o ano de 2022, os dados são apresentados no Quadro 17.

Quadro 17 - Quantitativo de atestados registrados no IFFar - exercício 2022.

Unidade SIASS IFFar	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família		Total
	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	
	629	2,72	243	1,87	

Fonte: SIASS

Referente às avaliações periciais executadas durante 2022, os dados detalhados são apresentados no Quadro 18.

Quadro 18 - Quantitativo de avaliações periciais no IFFar - exercício 2022.

Tipo Perícia	Singular	Junta por Videoconferência	Total Geral
Avaliação de candidato para ingresso no serviço público federal	13	0	13
Licença para tratamento de saúde	445	64	509
Avaliação para concessão de licença à gestante	57	0	57
Licença por motivo de doença em pessoa da família	108	0	108
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor com familiar/dependente portador de deficiência	0	7	7
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	5	5
Licença para tratamento de saúde - rgps (até 15 dias)	25	0	25
Avaliação para fins de isenção do imposto de renda sobre a aposentadoria	0	4	4
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor portador de deficiência	0	1	1
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	11	11
Remoção por motivo de doença do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às expensas do servidor	0	2	2
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação - ec nº 103/2019	0	4	4
Avaliação de idade mental para fins de concessão de auxílio pré-escolar	0	1	1
Avaliação da deficiência para fins de	1	0	1

aposentadoria/abono permanência			
Total	651	100	751

Fonte: SIASS

6.4.6 Segurança do trabalho

A área de Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que têm por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Ao longo do ano de 2022, diversas ações foram realizadas, destacando-se:

Elaboração de laudos de avaliação para concessão de adicionais ocupacionais

Análise das condições de exposição dos servidores a agentes insalubres e/ou perigosos, com a finalidade de caracterizar e enquadrar as atividades e os servidores, referente à concessão de adicionais ocupacionais, além da sugestão de medidas de controle e equipamentos de proteção individual e coletiva recomendados para uso no setor. Em 2022, foram feitos 52 laudos de concessão de adicionais ocupacionais.

Elaboração de Mapas de Risco

Os mapas de risco são uma representação gráfica de um conjunto de fatores presentes nos locais de trabalho, capazes de acarretar prejuízos à saúde dos trabalhadores, acidentes e doenças de trabalho. No decorrer de 2022, houve muitas demandas ao NSST relativas à elaboração de mapas de risco devido à avaliação de reconhecimento de cursos dos *campi*.

Participação e elaboração do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC:

Realização de consolidação das demandas (de serviços e materiais) identificadas pelos demandantes, as quais o IFFar pretende comprar no ano subsequente. No caso da segurança do trabalho, o setor ficou responsável pelas Naturezas de Demanda (ND) referente aos materiais de proteção e segurança, Equipamentos de proteção e socorro, Aparelhos de medição e orientação da Reitoria.

Participação na Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios (CPPCI) do IFFar:

As servidoras da área de segurança do trabalho do IFFar (engenheira de segurança do trabalho e técnica em segurança do trabalho) são membros natos da CPPCI, o qual desempenha ações que colaborem na elaboração, execução e manutenção dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) nos *campi* e na Reitoria do IFFar; amplie a proteção e a segurança contra incêndios em todos os espaços do IFFar, alertando a gestão sobre atualizações da legislação e melhores práticas para assegurar a proteção de todos; e crie uma consciência acerca da prevenção e proteção contra incêndios em toda a comunidade acadêmica.

Participação na Brigada de Incêndio da Reitoria.

As servidoras da área de segurança do trabalho do IFFar (engenheira de segurança do trabalho e técnica em segurança do trabalho) fazem parte da Brigada de Incêndio da Reitoria. A Brigada de Incêndio realizou no dia 04 de julho de 2022 o 1º Simulado de Incêndio da Reitoria do IFFar. O simulado teve o objetivo de instruir todos os servidores, terceirizados e demais pessoas que estavam no prédio, sobre a importância de realizar a evacuação do ambiente de trabalho de forma ordenada, com calma e segurança durante um sinistro. O treinamento simulado foi organizado pela Brigada de Incêndio da Reitoria e contou com a participação de 19 brigadistas.

Participação no Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos Institutos Federais, UNIFICA

O Comitê é formado por membros dos institutos e instituições federais de ensino participantes do GT Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Forgep. Periodicamente, são realizadas ações com o tema de Saúde e Qualidade de Vida. No mês de abril, ocorreu a Live "Ergonomia no Trabalho e Doenças Ocupacionais Relacionadas", em alusão ao Abril Verde, mês de campanha da Conscientização e Prevenção ao acidente no ambiente de Trabalho, em razão do dia 28 de abril, que é dedicado ao Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidente do Trabalho.

Emissão de pareceres e orientações por e-mail acerca dos pagamentos de adicionais ocupacionais

A segurança do trabalho esteve, no decorrer do ano, auxiliando e orientando as Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos *campi* através de e-mails, pareceres e informativos, em assuntos referentes a adicionais ocupacionais, dentre outros assuntos sobre segurança do trabalho.

Elaboração de subsídios judiciais:

Foram elaborados relatórios e envio de cópias de documentos relativos ao servidor autor do processo para auxiliar a defesa da instituição.

Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP):

O PPP é um documento histórico-laboral apresentado em formulário, contendo informações detalhadas sobre as atividades do trabalhador, exposição a agentes nocivos à saúde e outras informações de caráter administrativo. Para o preenchimento do PPP, é necessária a pesquisa de dados nos laudos, fichas funcionais, portarias, sistemas eletrônicos, tais como SIG e SIAPE. No decorrer do ano de 2022, foram preenchidos e encaminhados 06 Perfis Profissiográficos Previdenciários.

Fluxo para solicitação Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP

Criou-se um fluxo para a solicitação de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, com a finalidade de auxiliar na coleta de dados para o preenchimento do formulário de PPP. Tendo em vista que algumas informações estão em posse da gestão de pessoas das unidades, é necessário que estas informações cheguem até o NSST através de um formulário específico.

O servidor que necessite do seu PPP, deverá preencher, juntamente com a Coordenação de Gestão de Pessoas da sua unidade, o requerimento de Perfil Profissiográfico Previdenciário. O fluxo e o formulário para requerimento estão no site institucional, na aba Saúde e Segurança do Trabalho.

Instrução Normativa Adicionais Ocupacionais

No ano de 2020, iniciou-se a construção da minuta da instrução normativa para os adicionais ocupacionais. O documento passou pela apreciação do Colégio de Dirigentes e, em 2022, foi publicada a Instrução Normativa nº 08/2022 – GRE. A Instrução Normativa traz os procedimentos referentes à concessão de adicionais ocupacionais no âmbito do Instituto Federal Farroupilha.

Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP

No ano de 2022, começou-se a construção da minuta do regulamento para a constituição das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP's. A minuta foi submetida à análise do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior e, em dezembro de 2022, foi publicada a Resolução Consup Nº 125 / 2022, a qual aprovou o Regimento Interno das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Além das ações mencionadas anteriormente, a segurança do trabalho deu suporte à Diretoria de Gestão de Pessoas, no decorrer de 2022, quanto às respostas a memorandos, demandas judiciais, participação em reuniões, cujo tema foi relacionado a adicionais ocupacionais ou outros assuntos referentes à segurança do trabalho.

6.4.7 Comitê Assessor de Gestão de Pessoas — Cagepe

O Comitê Assessor de Gestão de Pessoas é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade colaborar para a inovação e aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, de promover o desenvolvimento institucional ético e responsável e de zelar pela correta execução das políticas de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Farroupilha através do diálogo com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Diretoria de Gestão de Pessoas e sua equipe e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos *campi*.

Enquanto boa prática da gestão, o Cagepe realiza uma reunião semanal, denominada “Café Virtual”, que tem o intuito de realizar a gestão democrática e dialogada com todas as Unidades, sendo momento informativo, propositivo e de aprimoramento dos conhecimentos, a partir de temáticas que envolvem desde assuntos da Diretoria de Gestão de Pessoas, à Coordenação de Administração e Pagamento, Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho, Coordenação de

Desenvolvimento de Pessoas e as Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos onze *campi*.

6.4.8 Aproximação entre Gestão de Pessoas e comunidade de servidores

6.5 Desafios e perspectivas

Em consonância com o PDI 2019-2026, a área de pessoal possui desafios e ações a implementar.

Desafios:

- ▶ Intensificar a articulação junto às Unidades do IFFar para a proposição de ações e projetos envolvendo a QVT, com o objetivo de protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e de satisfação com o ambiente de trabalho;
- ▶ Realizar o dimensionamento da força de trabalho;
- ▶ Aprimorar o Programa de Gestão, de forma que seu funcionamento atinja de forma plena seus objetivos no que tange à melhoria da qualidade de vida dos servidores envolvidos, contudo sem permitir que haja redução na capacidade de atendimento no IFFar.

Ações futuras:

- ▶ Criação de um Programa de Preparação para Aposentadoria;
- ▶ Criação de um Programa de Preparação para Gestores;
- ▶ Finalização do Manual do Servidor e mapeamento dos processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a governança da área e o compartilhamento dos conhecimentos relacionados.

7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1 Conformidade legal

Os processos de compras e contratações do IFFar, no exercício de 2021, passaram a ocorrer de forma centralizada de acordo com a Portaria nº 13.623/2019, numa só UASG (158127) da Reitoria. É executada em conformidade com os ditames legais existentes, em especial a Lei Geral de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/02 do pregão, Lei nº 12.462/11, do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), Lei nº 11.947/09, do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Decreto nº 7.892/13 (Regulamento do Registro de Preços) e o novo Decreto que regulamenta o pregão na forma eletrônica 10.024/2019. Também seguimos de acordo com as instruções normativas importantes do Ministério da Economia, em especial a IN nº 01/2019 e Decreto nº 10.947 de 2022, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, IN nº 03/2018 do Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), IN nº 73/2020 de Pesquisa de Preços e IN nº 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.2 Principais tipos de serviços ou bens

As compras e contratações no IFFar, a partir da centralização na UASG 158127 - Reitoria, ocorre de forma dinâmica, contando com a participação de todos os *campi* da Instituição. A metodologia utilizada está centrada em Equipes específicas às quais são responsáveis pela elaboração e execução do planejamento e editais (Equipe de Planejamento) e pregões (Equipe de Pregoeiros). No mês de dezembro do ano anterior, é elaborado o cronograma das licitações institucionais para o ano subsequente, com emissão de portaria de acordo com o planejamento Institucional lançado no PCA.

O Quadro 19 sintetiza as modalidades de contratação realizadas pelo IFFar no exercício 2022.

Quadro 19 - Modalidades de contratação realizadas pelo IFFar - exercício 2022.

Modalidade	Quantidade	Homologados
Pregão	95	67
Rdc	0	0
Dispensa de licitação	31	31
Dispensas Eletrônicas	10	10
Inexigibilidades	28	28

Adesões de Atas Externas	22	22
Concorrência	3	2
Tomada de Preço	10	10
Chamada Pública	8	8

Fonte: DCLC / Coordenações

Quadro 20 - Processos homologados.

Processos homologados até dezembro/2022 – Cronograma 2021/2022* - 95 processos	Quantidade	Percentual
Homologados	67	70,53%
Equipe de planejamento / PROJUR	17	17,89%
Equipe de pregoeiros	11	11,58%
Total	95	100%

* Cronograma de licitações segundo semestre 2021 – Início do processo em agosto/2021 e finalização em 2022 = 40 processos.

Cronograma de licitações primeiro semestre 2022 – Início do processo janeiro 2022 – finalização em dezembro/2022 = 55 processos.

Total de processos 2022 = 95

Fonte: DCLC / Coordenações

Quadro 21 - Total de servidores e capacitações realizadas no setor de licitações e contratos do IFFar - exercício 2022.

Setor / Atividade	Servidores	Capacitações	Capacitações por servidor (média)
Compras e Licitações	21	47	2,23
Gestão de Contratos	11	11	1

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Em 2022, optou-se pela contratação de cursos In Company, na forma on-line, beneficiando maior número de servidores dos setores de licitações e contratos do IFFar.

Quadro 22 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar - exercício 2022.

Quantidade/ano	Ano 2021	Ano 2022
Total de Contratos vigentes em 2021 sem dedicação exclusiva de Mão de Obra	382	380
Total de Contratos vigentes em 2021 com dedicação exclusiva de	80	105

Mão de Obra		
Total de Fiscais	302	353
Total de Terceirizados	277	366

Fonte: Pró-Reitoria de Administração / Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

7.3 Contratações diretas

No IFFar, de modo geral, segue-se a política das contratações primando sempre pelo processo licitatório (pregão eletrônico). Porém, em alguns casos específicos e devido às especificidades do objeto ou urgência, é mais célere e vantajoso para a Administração optar pela contratação direta

Justificativas para realização.

Dispensas de Licitação: No exercício de 2022, o IFFar efetivou 31 processos de contratações através de dispensas de licitações e 11 através de dispensas eletrônicas, amparadas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, e no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. Essas contratações foram realizadas para manter o funcionamento de maneira adequada e viável nas 12 unidades físicas da Instituição. Na maioria das contratações, o valor manteve-se baixo, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

Chamadas Públicas: As chamadas públicas encontram amparo na Lei nº 11.947/2009, a qual versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Em seu inciso III, prevê a inclusão dos alunos matriculados na rede pública de educação que cursam a escola básica, sendo assim, a chamada pública realizada pelo IFFar atendeu suas 11 unidades.

Inexigibilidades: A Administração tem a prerrogativa de realizar conforme o previsto no art. 25, e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993, processos de Inexigibilidade quando houver impossibilidade de competição. No exercício de 2022, o IFFar realizou 28 contratações que se enquadram nesse artigo, dentre as quais podemos citar algumas: serviços de energia elétrica, fornecimento de água e Correios.

7.4 Desafios e perspectivas

A recente centralização das compras e contratações em uma única UASG, instituída pela Portaria-SEGES nº 13.623/2019, e implementada na instituição no exercício de 2021, também teve impacto no andamento dos processos e dificultaram a celeridade na finalização dos mesmos, embora se perceba uma melhoria entre os dados de 2021 e 2022.

Os principais desafios que envolvem a gestão de licitações e contratos continuam sendo relacionados ao reduzido número de pessoal para atuar nas áreas ligadas às compras institucionais, a entrada e saída de servidores (*turnover*), bem como as prementes alterações nas legislações voltadas às Licitações e Contratações.

Um outro desafio para a gestão será o de aprimorar as pesquisas de preços, necessárias em todos os processos de aquisições. Identificou-se que muitos Requerentes não estão dando a devida importância a essa atividade que, se mal-conduzida, pode gerar itens desertos em pregões. Além disso, para a nova lei de licitações essa atividade recebeu grande atenção, exigindo uma análise crítica sobre todas as pesquisas realizadas, o que irá demandar nova capacitação em 2023.

Quanto às ações futuras, destaca-se a importância da continuidade e o aprimoramento das equipes que trabalham na área de licitações, sejam os Coordenadores de Licitações e Contratos, integrantes das Equipes de Planejamento, Pregoeiros, Gestores de Contratos. Embora todos os servidores tenham passado por capacitações sobre a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), deve-se manter ou ampliar as capacitações específicas, voltadas para o planejamento das contratações, elaboração de editais, execução de SRP/Pregões ou àquelas relacionadas à gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Também será importante desenvolver uma cultura de inovação dentro da área de licitações, estimulando os Líderes das Equipes de Planejamento a buscarem novas soluções para os processos, a exemplo do que foi feito em 2021 na participação da licitação nacional para contratação do Almoxarifado Virtual, implantado no IFFar nos exercícios de 2021/2022; elaborar a primeira licitação institucional de manutenção predial com base na tabela “SINAPI”; em 2022, a licitação de materiais de manutenção de bens imóveis e elétricos também com base na tabela “SINAPI”; a licitação para aquisição de medicamentos através da tabela de “Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)” e de materiais hospitalares através das tabelas SIMPRO ou BRASÍNDICE. Aliada a estas inovações, a Instituição deve aprofundar os estudos de contratações de *facilities services*, além das aquisições com contratos de fornecimento - o que auxiliará na mitigação de aumentos sucessivos de preços de itens consideradas *commodities*, que sofrem impacto da oscilação do dólar que, quando contratado, poderão prever indexador para necessidades de reajuste ou caso de força maior - situações hoje não contempladas no uso de atas de registro de preços.

8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

8.1 Conformidade legal

Todas as unidades do IFFar (*campi* e Reitoria) realizam os procedimentos referentes à gestão patrimonial e de conformidade em consonância com o art. 37 da Constituição Federal e das Lei nº 8.112/1990, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 9.373/2018, Normativa nº 205/2019, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que disciplinam a gestão patrimonial na Administração Pública.

No Instituto Federal Farroupilha, continuam sendo adotados mecanismos para evitar recebimento incorreto de bens, tanto quanto para evitar irregularidades no controle do patrimônio.

8.2 Principais investimentos de capital

Os investimentos de capital referem-se ao montante de recursos destinados à aquisição de equipamento e material permanente, bem como da construção e da ampliação da Infraestrutura dos *campi* do IFFar.

Quanto aos equipamentos e material permanente e da Tecnologia da Informação, os recursos efetivamente empenhados totalizaram: R\$ 48.287,00. Já os recursos aplicados na ampliação ou em novas obras foram de R\$ 1.874.621,00.

O recurso de investimento recebido via matriz orçamentária foi de R\$ 3.392.533,00. Esses recursos foram aplicados nas obras em andamento dos *campi* do IFFar. Já as outras demandas em obras necessitaram complemento de valores e reequilíbrio, bem como de aditivos para atender às demandas planejadas para 2022.

Nesse sentido, foram realizadas alterações orçamentárias, utilizando recurso de Custeio da Ação 20RL para aplicar em recurso de Capital, no montante de R\$ 150.000,00, com a finalidade de atender complementação de recursos recebidos via TED para execução/aquisição usinas fotovoltaicas para o *Campus* Avançado de Uruguaiana e para os *Campi* Santo Ângelo e Frederico Westphalen. O restante dos recursos utilizados tiveram origem através de captação de recursos por Termos de Execução Descentralizada - TEDs.

O recebimento de recursos orçamentários pelo IFFar através de TEDs, parcela relevante para a instituição, somaram mais de 3 milhões de reais, sendo estes para dar continuidade à obra da biblioteca do *Campus* Alegrete; para construção do Centro de Convivência do *Campus* Santo Ângelo, para construção do Prédio Acadêmico Bovinocultura de leite e Tambo no *Campus* Frederico Westphalen. O IFFar recebeu, ainda, recursos provenientes de TED, no montante de mais um milhão de reais para obras de PPCI do *Campus* Júlio de Castilhos.

Quadro 23 - Principais investimentos de capital do IFFar - exercício 2022.

Principais investimentos de Capital		
Contratações	Valores empenhados	Porcentagem/total empenhado
Material e equipamentos de TI	48.287,00	0,10%
Obras em andamentos e instalações	1.874.621,00	3,86%
Demais gastos de investimento	670.048,00	1,38%
Total	2.592.958,00	5,34%

Fonte: Tesouro Gerencial.

8.3 Desfazimento de ativos

O desfazimento de bens consiste no processo de exclusão de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente e expressamente autorizada pelo Gestor. Após a conclusão do processo de desfazimento, é realizada a baixa dos bens nos registros patrimoniais.

Adotou-se também as normas constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público e no Manual do Patrimônio próprio do IFFar, conforme segue:

“Seção IX - Da Alienação de Bens Móveis.

Art. 79 - Alienação de bens é feita com base no Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

§ 1º - O material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como:

I – ocioso, quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

II - recuperável, quando sua recuperação for possível e orçar, no máximo, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;

III – antieconômico, quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; IV – irrecuperável, quando

não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

§ 2º - O material classificado como ocioso ou recuperável será cedido a outros órgãos que dele necessitem, observado o disposto na Subseção VI alusivo à Cessão.

§ 3º - Os microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, respectivo mobiliário, peças-partes ou componentes, Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais classificados como ociosos ou recuperáveis, poderão ser doados a instituições filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem de projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

§ 4º - Deve-se relacionar os bens, listando o número de tombamento, descrição, valor e condições de uso de acordo com sua classificação em listagens separadas, solicitando seu recolhimento.

Art. 80 - O disposto nesta seção dispõe acerca de bem público classificado como móvel.

Art. 81 - Os materiais dependerão de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, sem olvidar e contrariar as disposições legais:

I – doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação; II – permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

III – venda de bens produzidos ou comercializados por unidades gestoras do Instituto Federal Farroupilha, em virtude de suas finalidades;

IV – venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

Art. 82 - Os materiais destinados à alienação devem fundamentar-se explícita e circunstancialmente no interesse público previamente justificado.”

As baixas ou desfazimentos de bens em 2022 representam 2,31 % do total dos bens móveis no balanço patrimonial (Quadro 24).

Quadro 24: Desfazimentos por Conta Contábil no ano de 2022.

Conta Contábil	Descrição	Valor
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais	12.840,00
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.076.371,30
123110109	Máquinas e Equipamentos e Utensílios de Oficina	1.478,00
123110105	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Diversos	2.260,00
123110201	Equipamentos de Tec. de Inf. e Comunicação/TIC	191.565,48
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	24.352,05
123110405	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	9.198,00
123110503	Veículos de Tração Mecânica	17.899,91

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração 31/01/2023.

8.4 Locações de imóveis e equipamentos

No exercício de 2022, tanto a sede administrativa da Reitoria do IFFar, quanto a Diretoria de Educação a Distância, tiveram seus imóveis locados. O Quadro 25 demonstra as despesas executadas com locação de imóveis.

Quadro 25 - Despesas com locação de imóveis para utilização pelo IFFar - exercício 2022.

Objeto	Valor	Percentual/Orçamento totalcusteio
Locação de Imóveis	R\$ 1.445.430,00	2,98%

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração 31/01/2023.

8.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2022, as atividades meio e finalísticas da Instituição ocorreram de forma presencial. No segundo semestre do ano, foi implementado o Plano de Gestão - PGD de forma integral e parcial, o que possibilitou a alguns servidores, dependendo das suas atividades, exercerem de forma remota suas atividades, não havendo mudanças e desmobilização que pudessem ser consideradas relevantes no IFFar.

8.6 Principais desafios e ações futuras

Devido a inconsistências no SIG institucional, não foi possível a realização da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads) no exercício de 2022, como solução tecnológica para gestão dos bens, com o objetivo de integrar o patrimônio à contabilidade.

Em relação aos investimentos em obras de adequação das unidades, o desafio principal é sensibilizar a comunidade acadêmica para tornar essas demandas prioridades, principalmente para implementação de medidas que ampliem a Acessibilidade aos *campi* e a adoção das medidas de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI, exigidas pela legislação vigente. A pouca disponibilidade de recursos orçamentários dificulta a realização das obras por completo, sendo necessário realizá-las por etapas.

No decorrer do exercício de 2022, a equipe da Proad, juntamente com a área de engenharia da Reitoria e dos *campi*, trabalharam na construção de uma nova metodologia de trabalho, uma vez que não são todas as unidades que possuem profissionais da área da engenharia. Foi construída a partir da legislação e da expertise da equipe uma proposta de trabalho a criação de uma “engenharia Institucional” que se consolidou por meio de uma Instrução Normativa, devendo ser implementada na Instituição no decorrer do exercício de 2023.

Dar continuidade à apuração dos custos, a partir das ações integradas entre a Coordenação de Contabilidade e à Pró-Reitoria de Administração, nos setores de suporte, atividade-meio, administrativa e finalística da Instituição é um dos desafios. Também são consideradas desafiadoras a concretização e a finalização das obras em andamento, bem como a inicialização de obras novas, primando sempre por uma gestão integrada e por competências.

Principais Desafios:

- Manter e primar pelo bom funcionamento de toda a estrutura da instituição, ajustando as despesas ao cenário econômico desfavorável e às restrições financeiras de modo que todas as ações do Plano de Ação Institucional sejam executadas;
- Aprimorar o controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de forma a manter a qualidade e a transparência dos gastos públicos;
- Aprimorar o planejamento de contratações da instituição com a nova realidade orçamentária e com o Plano de Centralização das UAGS;
- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas correntes visando à sustentabilidade financeira da instituição.

Ações Futuras:

- Firmar parcerias por meio de Termos de Execução Descentralizada - TEDs e Emendas Parlamentares visando à captação de recursos extraorçamentários;
- Otimizar a força de trabalho, através da formação de Grupos de Trabalho - GTs, de forma a proporcionar a construção de novas metodologias que tragam eficiência e eficácia nos resultados esperados.

8.7 Gestão da frota do IFFar

O Quadro 26 abaixo demonstra o número de veículos institucionais, detalhados por categoria.

Quadro 25 - Número de veículos institucionais do IFFar por categoria - exercício 2022.

Veículos	Quantidade
Veículos leves e utilitários	97
Ônibus, microônibus e vans	08
Caminhões	06

Fonte: SIG/SIPAC.

O Quadro 27 abaixo apresenta detalhamento das despesas dos veículos automotores próprios do IFFar no exercício de 2022.

Quadro 26 - Detalhamento de despesas dos veículos institucionais do IFFar - exercício 2022.

Despesas	Quantidade / Valor
Total de km rodados	711.931KM
Gasto total com combustível	734.489,45
Gasto total com manutenção	1.119.022,85
Total de gastos diretos	1.853.512,03

Fonte: SIG / Link card.

No exercício de 2022, após a fase intensa de pandemia, quando foram retomadas as viagens institucionais, observou-se um aumento no gasto com a manutenção dos veículos, bem como com o gasto com combustíveis. Esse fato é decorrente de dois aspectos presentes na maior parte da frota da Instituição: veículos com quilometragem alta e ano de fabricação antigo.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução Consup Nº 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável por:

- I. Aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados à área da tecnologia da informação e comunicação;
- II. Viabilização, planejamento e manutenção do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- III. Identificação de necessidades institucionais e proposição de políticas de segurança da informação e telecomunicação;
- IV. Gerenciamento de investimentos, proposição de recursos e aquisições para ações de TIC
- V. Gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por técnicos de informática e analistas de tecnologia da informação, que atuam em diferentes frentes. A DTI tem, em sua estrutura, uma Coordenação de Sistemas, responsável pela gestão dos projetos de desenvolvimento e manutenção de softwares institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de planejamento conjunto de futuras ações e acompanhamento nos *campi*, além de atender, prestando suporte técnico, o Centro de Referência de São Gabriel e a unidade de Educação a Distância, localizada no Distrito Industrial de Santa Maria (Tecnoparque).

9.2 Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento proposto no PDI 2019 – 2026, em que constam as ações estratégicas do IFFar. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (Peti).

A Diretoria também dispõe de um documento próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que apresenta o planejamento de ações da área para um período de três anos. O modelo implantado a partir do PDTI 2020 – 2022 elencou as necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do PDI 2019 – 2026. É importante salientar que, por meio desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela DTI e CGTI tem alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Ao final de 2022, foi iniciado o processo de planejamento e elaboração do PDTI 2023 - 2025, com previsão de conclusão para junho de 2023.

9.3 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos investidos na área de tecnologia da informação e comunicação do IFFar, no setor da Diretoria de Tecnologia da Informação, totalizaram R\$ 136.473,00 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais), dos quais R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais) foram aplicados em permanente de TI e R\$ 3.473,00 (três mil, quatrocentos e setenta e três reais) para treinamentos e capacitações da equipe de TI.

Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades:

- I. Aquisição de equipamentos para o DataCenter;
- II. Treinamentos e capacitações da equipe;
- II. Manutenção de contratos de prestação de serviços em TI; e
- IV. Aquisição de materiais de consumo, em conformidade com o documento de gestão tática de tecnologia da informação.

Considerando-se essas metas, os recursos foram distribuídos conforme a sua disponibilidade. Durante o exercício 2022, houve o contingenciamento dos recursos institucionais e, quando ocorreu a liberação, não houve tempo hábil para destinação de sua totalidade, conforme previa o planejamento original.

Devido à redução das verbas destinadas a investimento, necessidades como essas tiveram sua efetivação diminuída. A análise detalhada de todas as necessidades, bem como os percentuais de valores aplicados, pode ser encontrada no Relatório de Resultados do PDTI.

9.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

No exercício 2022, devido ao retorno das atividades presenciais, a equipe de suporte técnico da DTI realizou revisões completas nos laboratórios e equipamentos de computação do prédio do Ensino a Distância - IFFar, localizado no Parque Tecnológico de Santa Maria. As

atividades iniciais foram realizadas entre fevereiro e maio do ano vigente. Também foi instalada toda a rede cabeada do segundo andar, assim como a configuração de um novo laboratório contendo 32 computadores novos para apoio e atividades presenciais. Foram adquiridos dois novos Firewall's para proteção e segurança dos servidores em nosso DataCenter.

Acrescenta-se que cada unidade institucional reservou 2,5% do seu orçamento de custeio para o Fundo de TI que, entre outras aplicações, teve como pontos de destaque os abaixo relacionados:

- aquisição de material de consumo e equipamentos de TI;
- qualificação da infraestrutura de TI (redes, redundância, conectividade etc.);
- manutenção de serviços de telefonia fixa e móvel (comunicação);
- manutenção de serviços de outsourcing de impressão, para atendimento, fundamentalmente, de estudantes;
- manutenção / contratação de licenças de softwares.

9.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI

Durante o exercício 2022, foram criadas contas de e-mail para os discentes da instituição. Negociou-se com o Google o aumento do limite de contas de e-mail. Além disso, foi configurado o domínio *iffar.edu.br*.

O SIS (Sistema Integrado de Seleção) teve seu Registro de Software inicializado, e a ideia é transformar o produto deste sistema em algo comercializável para outras instituições de ensino, públicas ou privadas.

Foi instaurada uma parceria com outros IFs, com o objetivo de capacitar a equipe de desenvolvimento institucional nas tecnologias da plataforma SIG (Sistema Integrado de Gestão), para tanto, uma equipe especializada foi criada, contando com a presença de servidores técnicos da informação de outros *campi*.

Além disso, o sistema Orbital, para utilização pelos alunos do IFFar, no que tange às questões estudantis, foi aprimorado, possibilitando agora a emissão do diploma digital através da plataforma.

No dia primeiro de julho de 2022, foi implantado o teletrabalho na instituição, de maneira experimental. A DTI possibilitou aos seus colaboradores o ingresso no Teletrabalho e atualmente 80% dos servidores atuam na modalidade parcial, nenhum servidor está em teletrabalho total na DTI.

Foi solicitado o aumento do link de internet que a instituição possui pelo contrato de gestão com a empresa RNP, até o momento atual, duas unidades já obtiveram o aumento solicitado, durante o ano de 2023, será pleiteado o aumento para todos os *campi* do IFFar.

9.6 Segurança da informação

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas referentes à utilização e ao acesso às informações institucionais. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as pró-reitorias, somados a um(a) representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e um(a) representante do Gabinete do(a) Reitor(a).

9.7 Principais desafios e ações futuras

No exercício 2022, houve a criação da equipe de desenvolvimento institucional SIG, já com os primeiros treinamentos, então o desafio para 2023 é a ampliação do número de colaboradores, com a vinda de novos servidores via concurso e/ou remoção/redistribuição de outros colegas de TI para a Reitoria.

Será celebrado em 2023 o Termo de Cooperação com a UFRN, para que o sistema institucional seja atualizado de acordo com o código de referência. Reuniões com as equipes técnicas já foram realizadas e os valores acordados, dentro das expectativas atuais, os valores se encaixam no orçamento atual.

Devido ao contexto e avanço do teletrabalho na instituição, principalmente na unidade da reitoria, onde grande parte dos servidores aderiram ao programa, os investimentos em ampliação do parque computacional foram reduzidos e interrompidos a partir do segundo semestre de 2022, em virtude da redução de custos, já que os servidores não estão presentes no local de trabalho. Caso seja necessária alguma manutenção ou compra de equipamentos, de maneira reduzida e controlada, será feita a análise pela Diretoria.

10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Construir uma instituição mais sustentável é tarefa de toda a comunidade acadêmica, e essa prática vem se manifestando em todas as suas ações institucionais no IFFar, seja através da gestão, ou através do ensino, da pesquisa e/ou da extensão.

No ano de 2022, foram concluídas as instalações de mais 3 usinas fotovoltaicas, elas encontram-se nos *campi*: Frederico Westphalen, Santo Ângelo e Avançado de Uruguaiana. Assim, a instituição conta atualmente com dez (10) usinas fotovoltaicas, as quais, já em 2022, geraram economia de energia elétrica em grande escala. Ainda dentro das iniciativas do Programa EnergIF, o IFFar *Campus* Jaguari foi selecionado na chamada Qualifica Mais EnergIF realizada pela SETEC, para fomento à oferta de cursos de qualificação profissional de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis, com o objetivo de promover a ampliação da oferta de profissionais qualificados para o segmento das Energias

Com a centralização das contratações em uma única UASG (158127) da Reitoria, a instituição conta com o envolvimento de servidores de todos os *campi*, que buscam o cumprimento dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8666/1993, conforme o qual a Administração precisa estabelecer critérios e práticas para a promoção de desenvolvimento nacional sustentável. No Sistema de compras centralizadas, ocorre a otimização do trabalho e, conseqüentemente, a redução do número de licitações.

Acrescenta-se outras ações de sustentabilidade do IFFar:

- Nos editais de licitação do IFFar são estabelecidas cláusulas gerais de sustentabilidade, como a indicação na fundamentação legal dos editais do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Nas licitações de reprografia, é exigida a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, para comprovar a correta destinação dos cartuchos e toners usados e o atendimento da legislação aplicável;
- Sempre é utilizada a opção por materiais de expediente sustentáveis (papel reciclado, caneta ecológica, mochilas e medalhas confeccionadas com materiais sustentáveis, entre outros).

10.1 – Política Ambiental do Instituto Federal Farroupilha

O Instituto Federal Farroupilha possui estabelecido por meio da Resolução Consup Nº 072/2018 a sua Política Ambiental. Como estratégia para promover o fomento de ações voltadas para a preservação do meio ambiente, a Política Ambiental do IFFar está atrelada ao Plano de Desenvolvimento Institucional, tendo como princípios:

- I – a sustentabilidade como suprimento das necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem as suas;
- II - as responsabilidades social e econômica atreladas à ambiental como processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências para assumir as responsabilidades das questões sociais, ambientais e econômicas;
- III – a logística sustentável como processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e desenvolvimento econômico equilibrado;
- IV – o incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- V – A educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em atendimento à Política Ambiental do IFFar, a instituição possui o direcionamento de suas ações voltadas para o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, neste caso, em referências aos objetivos 4 (Educação de Qualidade), 7 (Energia Acessível e Limpa) e 13 (Combate às Alterações Climáticas).

10.1.1 – Ações do NUGEA – Núcleo de Gestão e Educação Ambiental

O Núcleo de Gestão e Educação Ambiental do IFFar (NUGEA) e os NUGEA dos *campi* são órgãos colegiados com finalidade consultiva e de apoio, para auxiliar a execução das políticas ambientais institucionais, conforme orientação constante na Resolução Consup Nº 28/2020.

São objetivos do Núcleo de Gestão e Educação Ambiental (NUGEA):

- I. promover o diagnóstico socioambiental das atividades administrativas e operacionais do IFFar;
- II. estimular o cumprimento da legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e o bem-estar dos servidores docentes, técnicos administrativos em educação, discentes da Instituição e comunidade local;
- III. buscar consolidar uma instituição sustentável com base no tripé “social, ambiental e econômico”, respeitando a legislação vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da Política Ambiental Institucional;
- IV. incentivar projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação para o desenvolvimento e disseminação de tecnologias para a redução dos danos ambientais;
- V. instigar a discussão da responsabilidade ambiental por toda a comunidade do IFFar buscando agregar estes princípios em sua formação acadêmica;

VI. buscar uma contínua melhoria de procedimentos administrativos e técnicos para a mitigação e prevenção dos impactos ambientais provenientes de suas atividades, em concordância com a legislação ambiental vigente.

VII. propor programas e medidas de incentivo ao uso racional de recursos do IFFar.

No período de 2017 a 2022, todas as unidades do IFFar tiveram o seu licenciamento ambiental ajustado perante as agências de regulação, sendo que em atendimento ao objetivo VI, coube ao NUGEA prestar todo o suporte necessário para a empresa contratada para esta finalidade.

11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Declaração do contador

Esta seção trata das demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Elas refletem a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e são pautadas na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). As demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração de variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei Nº 4.320/64 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual Siafi.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- O sistema de controle patrimonial e de almoxarifado apresenta inconsistências, devido a uma atualização da versão deste ocorrida em março de 2021 e também em consequência de um ataque hacker ocorrido no final de outubro de 2021. Vários chamados foram abertos junto ao suporte local do sistema, porém não foram resolvidos os problemas até o final do exercício de 2022. Assim sendo, suspendemos desde o início de 2022, os registros referentes aos ajustes da depreciação, amortização e de saldos de estoque até que o sistema volte ao normal. Portanto, os saldos referentes a as contas contábeis 123810100, 124810100 e 115610100 não estão corretos. O Departamento de Tecnologia da Informação em e-mails informou os Setores de Contabilidade e de Patrimônio, informou que os ajustes estão em andamento, e que o prazo para que o sistema seja normalizado e colocado em operação novamente vai até abril de 2023. Para possibilitar controle de entrada e saída de bens tanto de consumo quanto permanentes foram elaboradas planilhas pelo Setor de Contabilidade, com o fim de um controle paralelo, enquanto o problema com o sistema de controle patrimonial continua fora de operação. As planilhas foram enviadas a todos os Setores de Controle do Patrimônio do IF Farroupilha.

As normas contábeis aplicadas no âmbito do IF Farroupilha, são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIUNET e o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Santa Maria, 31 de janeiro de 2023.

CÍCERO KLEIN SOUTO

CRC 082122-O/0

Figura 6 - Declaração do Contador do IFFar.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- O sistema de controle patrimonial e de almoxarifado apresenta inconsistências, devido a uma atualização da versão deste ocorrida em março de 2021 e também em consequência de um ataque hacker ocorrido no final de outubro de 2021. Vários chamados foram abertos junto ao suporte local do sistema, porém não foram resolvidos os problemas até o final do exercício de 2022. Assim sendo, suspendemos desde o início de 2022, os registros referentes aos ajustes da depreciação, amortização e de saldos de estoque até que o sistema volte ao normal. Portanto, os saldos referentes a as contas contábeis 123810100, 124810100 e 115610100 não estão corretos. O Departamento de Tecnologia da Informação em e-mails informou os Setores de Contabilidade e de Patrimônio, informou que os ajustes estão em andamento, e que o prazo para que o sistema seja normalizado e colocado em operação novamente vai até abril de 2023. Para possibilitar controle de entrada e saída de bens tanto de consumo quanto permanentes foram elaboradas planilhas pelo Setor de Contabilidade, com o fim de um controle paralelo, enquanto o problema com o sistema de controle patrimonial continua fora de operação. As planilhas foram enviadas a todos os Setores de Controle do Patrimônio do IF Farroupilha.

As normas contábeis aplicadas no âmbito do IF Farroupilha, são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIUNET e o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Santa Maria, 31 de janeiro de 2023.

CÍCERO KLEIN SOUTO

CRC 082122-O/0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Entrado em 01/02/2023

DECLARAÇÃO Nº 137/2023 - PROAD (11.01.01.44.21)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/02/2023 11:12)

CÍCERO KLEIN SOUTO
CONTADOR - TITULAR
CCD (11.01.01.44.21.01.02)
Matrícula: 175876

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifffarroupilha.edu.br/declarações/> informando seu número: 137, ano: 2023, tipo: DECLARAÇÃO, data de emissão: 01/02/2023 e o código de verificação: 126e85e1d

11.2 Balanços e demonstrações contábeis

Estrutura organizacional do órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é composta de 11 *Campi*, 01 *Campus* Avançado, e unidades complementares, sendo algumas de Educação a distância e outras de apoio presencial. O órgão é uma Autarquia Federal vinculada ao MEC.

Atualmente o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas²:

- Reitoria (Santa Maria)
- *Campus* Alegrete
- *Campus* Frederico Westphalen
- *Campus* Jaguari
- *Campus* Júlio de Castilhos
- *Campus* Panambi
- *Campus* Santa Rosa
- *Campus* Santo Ângelo
- *Campus* Santo Augusto
- *Campus* São Borja
- *Campus* São Vicente do Sul
- *Campus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância
- Centros de Referência

Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>

A estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha é apresentada no Quadro 27.

Quadro 27: Estrutura pagadora do IFFar

Órgão UGE – Gestão		UG Executora	
26420	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	158127	IFFar – Reitoria
		154628	IFFar – <i>Campus</i> Jaguari
		155081	IFFar – <i>Campus</i> Santo Ângelo
		155570	IFFar – <i>Campus</i> Frederico Westphalen
		158266	IFFar – <i>Campus</i> Santo Augusto
		158267	IFFar – <i>Campus</i> Alegrete

		158268	IFFar – <i>Campus</i> São Vicente do Sul
		158269	IFFar – <i>Campus</i> Julio de Castilhos
		158503	IFFar – <i>Campus</i> São Borja
		158504	IFFar – <i>Campus</i> Santa Rosa
		158505	IFFar – <i>Campus</i> Panambi

Fonte: Tesouro Gerencial

Base da preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*)⁷; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Resumo das práticas e critérios contábeis

- *Orçamento público*: a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado e é inserida no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

- *Ente público*: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

- *Despesa pública*: as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por

⁷ Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

- *Recursos orçamentários e recursos financeiros:* na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária⁸ como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária

11.2.1 Balanço orçamentário

Quadro 28 - Balanço orçamentário / receita - exercício 2022.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.281.569,00	1.281.569,00	1.554.526,24	272.957,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	29.690,00	29.690,00	160.388,82	130.698,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	29.690,00	29.690,00	160.388,79	130.698,79
Valores Mobiliários	-	-	0,03	0,03
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-

⁸ Fonte: <http://www.conass.org.br>

Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	1.200.142,00	1.200.142,00	1.149.102,51	-51.039,49
Receita Industrial	27.132,00	27.132,00	3.682,95	-23.449,05
Receitas de Serviços	24.605,00	24.605,00	221.824,26	197.219,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.605,00	24.605,00	221.824,26	197.219,26
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	19.527,70	19.527,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	13.363,09	13.363,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	5.431,22	5.431,22
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	733,39	733,39
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.281.569,00	1.281.569,00	1.554.526,24	272.957,24

REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.281.569,00	1.281.569,00	1.554.526,24	272.957,24
DÉFICIT			348.498.082,19	348.498.082,19
TOTAL	1.281.569,00	1.281.569,00	350.052.608,43	348.771.039,43
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	5.053.586,00	-	-5.053.586,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	2.142.497,00	-	-
Créditos Cancelados	-	2.911.089,00	-	-

Quadro 29 - Balanço orçamentário / despesa.

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	340.419.316,00	346.272.104,00	340.318.605,72	330.282.626,09	305.081.390,81	5.953.498,28
Pessoal e Encargos Sociais	276.757.992,00	285.429.462,00	279.068.626,04	279.068.626,04	255.780.605,32	6.360.835,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	63.661.324,00	60.842.642,00	61.249.979,68	51.214.000,05	49.300.785,49	-407.337,68
DESPESAS DE CAPITAL	3.392.533,00	2.593.331,00	9.734.002,71	2.480.268,16	2.305.770,59	-7.140.671,71
Investimentos	3.392.533,00	2.593.331,00	9.734.002,71	2.480.268,16	2.305.770,59	-7.140.671,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	343.811.849,00	348.865.435,00	350.052.608,43	332.762.894,25	307.387.161,40	-1.187.173,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	343.811.849,00	348.865.435,00	350.052.608,43	332.762.894,25	307.387.161,40	-1.187.173,43
TOTAL	343.811.849,00	348.865.435,00	350.052.608,43	332.762.894,25	307.387.161,40	-1.187.173,43

Quadro 30 - Balanço orçamentário / demonstrativo de execução RAP não processados - exercício 2022.

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.926.000,77	15.324.872,82	16.194.629,89	15.965.074,93	1.282.704,98	2.003.093,68

Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.926.000,77	15.324.872,82	16.194.629,89	15.965.074,93	1.282.704,98	2.003.093,68
DESPESAS DE CAPITAL	2.303.189,79	7.401.070,56	8.807.768,41	8.708.281,91	215.226,45	780.751,99
Investimentos	2.303.189,79	7.401.070,56	8.807.768,41	8.708.281,91	215.226,45	780.751,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.229.190,56	22.725.943,38	25.002.398,30	24.673.356,84	1.497.931,43	2.783.845,67

Quadro 31 - Balanço orçamentário / demonstrativo de execução de RAP processados e não processados liquidados.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	319.456,71	24.450.306,56	24.485.059,49	-	284.703,78
Pessoal e Encargos Sociais	-	23.042.283,91	23.042.283,91	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	319.456,71	1.408.022,65	1.442.775,58	-	284.703,78
DESPESAS DE CAPITAL	119.701,24	43.200,31	43.200,00	59.282,10	60.419,45
Investimentos	119.701,24	43.200,31	43.200,00	59.282,10	60.419,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	439.157,95	24.493.506,87	24.528.259,49	59.282,10	345.123,23

Nota – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Demonstra também as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, ainda, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário do IFFar do 4º Trimestre de 2022, é possível observar, na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R\$ 333.722.164,00), as Despesas Correntes, que são despesas de custeio e representam 97,21% do total da despesa empenhada. Já as Despesas de Capital, que são os investimentos em materiais permanentes e obras, representam 2,78% dos empenhos. Destaca-se que a despesa com pessoal representa 81,53% do total empenhado e 83,77% das despesas correntes empenhadas. Quanto à liquidação e ao pagamento das despesas empenhadas, verifica-se que 95,06% dessas já foram liquidadas e 87,81% foram pagas. Do total dos empenhos de 2021, 4,94% foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados (não liquidados) e 7,63% passaram para o exercício 2022 automaticamente como Restos a pagar Processados (já liquidados).

Quanto às Receitas Orçamentárias, a previsão inicial e atualizada (R\$ 1.281.569,00) foi superada na realização em R\$ 272.957,24, totalizando R\$ 1.554.526,24. As Receitas Agropecuárias (R\$ 1.149.102,51) representam 73,91% do total.

Observou-se no Balanço Orçamentário, especificamente no que tange às despesas, que a Dotação Atualizada teve saldo final menor que as Despesas Empenhadas. Isso ocorreu em virtude de que os recursos descentralizados extraorçamentários, oriundos de Termos de Execução Descentralizada, não foram contabilizados na coluna da Dotação Atualizada, mas entraram no câmputo das Despesas Empenhadas. A conta 522220101 Destaque Recebido apresentou ao final do exercício 2022 um saldo de R\$ 8.614.402,77. Desse montante, foram empenhados R\$ 7.140.671,71. Esse saldo, juntamente com o saldo negativo das reversões orçamentárias do item Outras Despesas Correntes, em confronto com o superávit orçamentário das dotações de Pessoal e Encargos Sociais, gerou o saldo negativo da dotação orçamentária no valor de R\$ 1.187.173,43. Abaixo, segue a tabela demonstrativa do saldo da conta 522220101 ao final do exercício de 2022:

Tabela 1 - Balanço Orçamentário - saldo da conta 522220101

__ SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTBIL) ____

30/03/23 19:28

USUÁRIO : SOUTO

PÁGINA : 3

UG EMITENTE : 158127 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA

GESTAO EMITENTE : 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA

POSICAO : ENCERRAMENTO 14 - ANO ENCERRADO

CONTA CONTABIL : 522220101 - DESTAQUE RECEBIDO

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$	
N 1 205950 8188000000 449052	LPP02P6007N	2.666.000,00 D
N 2 169949 0113150072 339032	CFF53M9601N	944.891,70 D
N 2 169949 0113150072 339032	DFF53B9601E	1.576,95 D
N 2 169949 0113150072 339032	JFF53B9601J	25.042,04 D
TOTAL COM ISF N	:	8.614.402,77 D
TOTAL DA CONTA	:	8.614.402,77 D

Fonte: SIAFI, 2022

Restos a Pagar

Os Restos a Pagar se dividem em processados e não processados. Restos a Pagar Processados são aqueles empenhos que passam de um exercício para outro, os quais já possuem seu objeto liquidado, estando pendente somente o pagamento. Restos a Pagar Não Processados são aqueles os quais o objeto do empenho não foi cumprido, porém através de indicação procedida pelo gestor da Unidade passam de um exercício para outro e ficam pendentes de liquidação, podendo ser bloqueados e definitivamente cancelados conforme as normas vigentes, se os prazos de liquidação nelas constantes não forem cumpridos.

No Instituto Federal Farroupilha, os Restos a Pagar relativos a investimentos (despesas de capital) totalizam R\$ 17.766.314,09, esse valor se refere a aquisições de bens permanentes e obras em andamento pendentes de conclusão do objeto empenhado.

Já os Restos a Pagar relativos às despesas correntes (custeio) totalizam R\$ 42.992.658,22, o valor se refere a materiais de consumo que permanecem sem entrega do objeto empenhado.

Percentualmente, os restos a pagar referente a despesas de capital representam 41,32% e aqueles relativos a despesas correntes 58,67% do total.

11.2.2 Balanço patrimonial

Quadro 32 - Balanço patrimonial / ativos - exercício 2022.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	34.103.467,17	32.028.215,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.490.734,48	25.561.236,92
Créditos a Curto Prazo	4.908.385,08	4.479.124,84
Demais Créditos e Valores	4.908.385,08	4.479.124,84
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.703.230,91	1.983.034,91
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.116,70	4.818,37
ATIVO NÃO CIRCULANTE	377.752.700,38	254.089.603,06
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63
Estoques	-	-
Investimentos	4.434,74	4.434,74
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	376.616.458,58	252.986.067,92
Bens Móveis	42.902.689,77	37.930.761,00

Bens Móveis	101.288.315,62	95.668.306,70
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-58.372.695,60	-57.724.615,45
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25
Bens Imóveis	333.713.768,81	215.055.306,92
Bens Imóveis	334.494.741,79	218.489.836,63
(-) Depr./ Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-780.972,98	-3.434.529,71
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	1.130.689,43	1.097.982,77
Softwares	1.127.197,15	1.094.490,49
Softwares	1.643.426,88	1.608.272,22
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-516.229,73	-513.781,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28

(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	411.856.167,55	286.117.818,10

Quadro 33 - Balanço patrimonial / passivos - exercício 2022.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	88.762.208,86	68.755.425,21
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	55.179.864,34	28.432.263,24
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.433.694,03	1.116.357,51
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	32.148.650,49	39.206.804,46
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	499.648,14
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	499.648,14
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	88.762.208,86	69.255.073,35

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	8.313,89	8.313,89
Resultados Acumulados	323.085.644,80	216.854.430,86
Resultado do Exercício	100.658.188,31	2.898.075,65
Resultados de Exercícios Anteriores	216.854.430,86	213.953.232,83
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.573.025,63	3.122,38
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	323.093.958,69	216.862.744,75
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	411.856.167,55	286.117.818,10

Quadro 34 - Balanço patrimonial / Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	26.490.734,48	25.561.236,92	PASSIVO FINANCEIRO	45.808.681,50	53.894.308,50
ATIVO PERMANENTE	385.365.433,07	260.556.581,18	PASSIVO PERMANENTE	62.698.045,75	44.315.898,79
			SALDO PATRIMONIAL	303.349.440,30	187.907.610,81

Quadro 35 - Balanço patrimonial / Quadro de compensações.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	26.606.197,77	28.226.082,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12.346.019,43	11.036.843,13
Atos Potenciais Ativos	26.606.197,77	28.226.082,26	Atos Potenciais Passivos	12.346.019,43	11.036.843,13
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	26.588.939,90	28.208.824,39	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	24.124,04	24.124,04
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	12.321.895,39	11.012.719,09

Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	26.606.197,77	28.226.082,26	TOTAL	12.346.019,43	11.036.843,13

Quadro 36 - Balanço patrimonial / demonstrativo de superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-15.487.927,89
Recursos Vinculados	-3.830.019,13
Educação	-4.095.699,29
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-1.036.023,84
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.301.704,00
TOTAL	-19.317.947,02

Nota explicativa do balanço patrimonial

Nota – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2022, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 376.616.458,58 relacionados a imobilizado.

Na tabela 2 (R\$ milhares), é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 2 - Imobilizado - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	101.288.315,62	95.668.306,70	5,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	58.372.695,60	57.724.615,45	1,11
+ (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	12.930,25	12.930,25	0,00
Bens Imóveis			
	334.494.741,79	218.489.836,63	34,68
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	780.972,98	3.434.529,71	-338,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total			

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Bens móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26420 em 31/12/2022 totalizavam R\$ 101.288.315,62 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 3 (R\$ milhares).

Tabela 3 - Bens móveis - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	36.286.110,75	33.227.254,67	8,42
Bens de Informática	27.662.017,54	26.021.057,65	6,30
Móveis e Utensílios	20.925.916,39	20.295.088,77	3,10
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.342.250,42	12.148.654,57	1,59
Veículos	3.714.315,55	3.685.446,07	0,77
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoxarifado	14.317,26	14.317,26	0,00
Armamentos	200,00	200,00	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	139.292,23	72.392,23	48,02
Demais Bens Móveis	203.895,48	203.895,48	
Depreciação / Amortização Acumulada	58.372.695,60	57.724.615,45	1,11

Total

Fonte: SIAFI, 2022,2021.

Dos bens móveis registrados no órgão, 35,82% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas. A sua composição é demonstrada no Quadro 37 abaixo:

Quadro 37 - Composição dos bens móveis.

1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.790.783,77 D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	632.932,57 D
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	7.214.114,49 D
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	424.039,82 D
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	827.345,21 D
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAII	7.261.204,23 D
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	5.605.411,25 D
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	291.465,38 D
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	2.577.046,95 D
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	10.951,22 D
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	13.625,97 D
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	4.134.600,07 D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	894.795,46 D
1.2.3.1.1.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	1.240,00 D
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	3.606.554,36 D
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMATICA	27.662.017,54 D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	27.662.017,54 D
1.2.3.1.1.03.00	MOVEIS E UTENSILIOS	20.925.916,39 D
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	5.293.377,76 D
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	130.033,17 D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	15.502.505,46 D
1.2.3.1.1.04.00	MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE C	12.342.250,42 D
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	7.846.792,51 D
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	6.002,82 D
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	84.254,08 D

1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	4.401.170,01 D
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC	4.031,00 D
1.2.3.1.1.05.00	VEICULOS	3.714.315,55 D
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	20.398,21 D
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.645.855,74 D
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	21.193,90 D
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCACOES	26.867,70 D
1.2.3.1.1.08.00	BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	14.317,26 D
1.2.3.1.1.08.01	ESTOQUE INTERNO	14.317,26 D
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	200,00 D
1.2.3.1.1.10.00	SEMOVENTES	139.292,23 D
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MOVEIS	203.895,48 D
1.2.3.1.1.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	135.365,59 D
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	66.666,58 D
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.863,31 D

Fonte: SIAFI, 2022.

A variação positiva ocorrida em Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, explica-se pela aquisição de novos equipamentos ocorridos em todas as unidades.

Bens imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal Farroupilha em 31/12/2022 totalizavam R\$ 334.494.741,79 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Bens imóveis - composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)
Bens de Uso Especial	316.275.642,24	191.108.207,68	39,57
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais	144.200,00	144.200,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	16.595.086,45	26.262.911,84	-36,81
Instalações	1.197.517,11	974.517,11	18,62
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	282.295,99		100%

Redução ao Valor Recuperável

Depreciação / Amortização Acumulada 3.434.529,71 3.434.529,71 0,00

Total

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 94,55% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26420, perfazendo o montante de R\$ 316.275.642,24 em 31/12/2021 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de uso Educacional e Edifícios.

Tabela 5- Bens de Uso Especial - Composição

	31/12/2021	31/12/2022	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	542.026,97	542.026,97	0,00
Terrenos, Glebas	3.107.418,35	3.585.084,59	-15,37
Armazéns e Galpões	207.303,30		100
Imóveis de Uso Educacional	243.118.622,96	150.972.696,89	37,90
Edifícios	46.516.551,1	32.281.796,46	30,60
Fazendas, parques e reservas	1.044.413,06	542.026,97	48,10
Imóveis Residenciais e Comerciais	491.706,82	491.706,82	0,00
Estacionamentos e Garagens	153.502,00	153.502,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.234.895,95	3.234.895,95	0,00
Bens de Infraestrutura	221.930,86	163.059,21	26,52
Autarquias/Fundações	21.250.783,85	2.567.383,41	87,92
Salas	144.200,00	144.200,00	0,00
Obras em andamento	16.562.663,55	26.230.488,94	-58,37
Obras em Andamento Convênios	32.422,90	32.422,90	0,00
Instalações	1.197.517,11	974.517,11	18,62
Benf. Em prop. De ter.	282.295,99		100

Depreciação	780.972,98	3.434.529,71	-339,77
Total			

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Processo de reavaliação tanto de bens móveis como imóveis foi realizado durante o mês de dezembro de 2022, pela comissão nomeada pela Portaria Eletrônica 1416/2022 - GRE. Os valores reavaliados e as atualizações procedidas no SPIUNET e ratificadas no SIAFI explicam a variação horizontal significativa de alguns itens para mais ou para menos.

Os bens de uso educacional representam 72,68% do total dos bens imóveis do Instituto Federal Farroupilha.

a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens imóveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Observação Importante: No final do mês de outubro, o Sistema de Controle Patrimonial atualmente utilizado sofreu um ataque hacker que prejudicou seu funcionamento, causando inúmeras inconsistências no banco de dados e impossibilitando a geração de relatórios. Em vista disso, não foi possível o lançamento de ajuste da depreciação de bens móveis no encerramento do exercício. A equipe de Tecnologia da Informação está trabalhando para restabelecer a normalidade do sistema. Destaca-se que a Contabilidade está permanentemente solicitando agilidade na solução das

inconsistências. No último comunicado, o Setor de Tecnologia de Informação informou que a previsão de volta do sistema à normalidade está prevista para abril de 2023.

Nota – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Em 31/12/2022, o Órgão Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 1.130.689,43 relacionados a intangível.

Na Tabela 6 (R\$ em milhares), é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 6 - Intangível - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	1.318.073,88	1.282.919,22	2,66
Software com Vida Útil Indefinida	325.353,00	325.353,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	3.492,28	3.492,28	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada	516.229,73	513.781,73	0,47
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
Total			

Fonte: SIAFI, 2021 e 2021.

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil definida, que representa cerca de 80,20% do grupo.

Nota – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2022, o instituto Federal Farroupilha possuía um saldo de R\$ 24.643.790,78 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se o Quadro 38 (R\$ milhares (ou R\$)), segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 38 - Obrigações contratuais - Composição.

Obrigações Contratuais -			
--------------------------	--	--	--

Composição - Órgão			
Mês Lançamento	Dez/2022	Dez/2021	% AH
Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
Aluguéis	192.860,46	234.075,77	-21,37
Fornecimento de Bens	527.531,41	527.531,41	0
Seguros	69.836,27	74.456,71	-6,61
Serviços	11.531.667,25	10.176.655,20	11,75
Total	12.321.895,39	11.012.719,09	10,62

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 93,58% do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal Farroupilha ao final de 31/12/2022.

Na continuação, apresenta-se ao Quadro 39 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2022.

Quadro 39 - Obrigações contratuais - Por UG Contratante.

Obrigações Contratuais - Por UG Contratante - Órgão			
Mês Lançamento		014/2022	014/2021
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora		Total	Total
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	692.833,21	730.596,61
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO		304.474,87
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	1.018.794,07	1.393.283,22
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	3.883.454,10	2.698.735,38
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE		661.442,50
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL		219.723,38
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	3.914.564,07	2.971.739,01
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	2.007.936,69	2.007.936,69
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	776.889,06	
Total		12.294.471,20	10.987.931,66

Fonte: Tesouro Gerencial.

As unidades gestoras 158127 e 158269 por exemplo, são responsáveis por 63,42% do total contratado.

No Quadro 40 apresentado a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2022.

Quadro 40 - Contratos mais significativos e saldo a executar.

Obrigações Contratuais - Por Contratado - Órgão			
Mês Lançamento		014/2022	014/2021
07256543000113	D WERLANG - CONSTRUCOES	554.608,13	554.608,13
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	596.800,61	734.792,72
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	285.704,38	285.704,38
12039966000111	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	903.422,75	86.305,14
02016440000162	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	318.248,56	342.239,52
02016439000138	RIO GRANDE ENERGIA SA	1.040.491,63	1.244.966,50
21419761000152	SAMMA SERVICOS LTDA	339.911,79	
15372684000120	SANTA HORA LTDA	378.373,78	378.373,78
91951798000102	SANTA LUCIA BASSAN COMERCIO DE IMOVEIS LTDA	305.650,50	305.650,50
06205427000102	SULCLEAN SERVICOS LTDA	417.307,27	235.722,46
Total		12.321.895,39	11.012.719,09

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2022, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo em aberto de R\$ 238.316,70 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade de obrigações de curto prazo. O quadro a seguir apresenta com detalhamento as informações:

Quadro 41 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição.

Mês Lançamento	dez/22	dez/21
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Curto Prazo	1.433.694,03	1.116.357,51
Nacionais	1.433.694,03	1.116.357,51
Estrangeiros	0	
Total	1.433.694,03	1.116.357,51

Fonte: Tesouro Gerencial.

O total dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere a fornecedores nacionais, representando 100% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se o Quadro 42 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2022.

Quadro 42 - Fornecedores e Contas a Pagar - Unidade Gestora Contratante.

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão			
Mês Lançamento		dez/22	dez/21
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora		Total	Total
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	190.559,01	60.507,88
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	61.094,84	
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	17.308,54	38.247,90
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	94.914,91	150.343,57
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO		11.311,33
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	429.177,08	108.348,47
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL	499.139,18	629.117,81
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS		65.885,18
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	63.085,63	6.061,70
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	14.931,35	14.327,00
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	63.483,49	32.189,35

Fonte: Tesouro Gerencial.

No Instituto Federal Farroupilha as Unidades Gestoras 158127, 158267 e 158268 são responsáveis por 78,04% do total a ser pago.

No Quadro 43 apresentado a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2022.

Quadro 43 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor.

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - Órgão			
Mês Lançamento		dez/22	dez/21
04631940000130	CONSTRUTORA PASQUALOTTO LTDA	81.102,50	0
34832381000197	ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	72.650,33	
21807865000134	HURGE EMPREITEIRA EIRELI	87.804,00	87.804,00
13609718000121	JD CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	105.012,75	
94308798000187	M D SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	162.002,49	145.837,19
02347024000147	MEZAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	59.157,69	59.157,69
11525620000160	MW SEGURANCA LTDA	69.901,44	0
09223858000190	NP CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	268.649,75	268.649,75
82708967000197	PROJECAO CONSTRUCOES E PRE MOLDADOS LTDA	60.419,14	60.419,14
09433075000130	UNIVERSO AGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	154.430,11	0

Fonte: Tesouro Gerencial.

11.2.3 Balanço financeiro

Quadro 44 - Balanço financeiro - exercício 2022.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	1.554.526,24	1.024.285,54	Despesas Orçamentárias	350.052.608,43	333.662.421,61
Ordinárias	-	-	Ordinárias	324.323.189,51	314.910.179,57
Vinculadas	1.562.678,85	1.025.017,21	Vinculadas	25.729.418,92	18.752.242,04
Educação		317,68	Educação	4.320.791,73	3.108.320,65
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.114.509,69	8.475.149,95
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.562.678,85	1.024.699,53	Previdência Social (RPPS)	18.804.769,79	6.647.068,32
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.152,61	-731,67	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.489.347,71	521.703,12
Transferências Financeiras Recebidas	410.105.583,36	374.106.368,06	Transferências Financeiras Concedidas	54.216.732,02	41.081.223,78
Resultantes da Execução Orçamentária	365.272.689,19	331.270.038,22	Resultantes da Execução Orçamentária	34.105.319,01	20.466.250,05
Repasse Recebido	331.227.720,18	310.818.888,38	Repasse Concedido	60.350,00	15.100,21
Sub-repasse Recebido	34.044.969,01	20.451.149,84	Sub-repasse Concedido	34.044.969,01	20.451.149,84
Independentes da Execução Orçamentária	44.832.894,17	42.836.329,84	Independentes da Execução Orçamentária	20.111.413,01	20.614.973,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	42.867.764,66	41.399.019,55	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	19.976.697,03	20.465.977,59

Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.965.129,51	1.437.310,29	Demais Transferências Concedidas	67.574,10	1.407,16
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	67.141,88	147.588,98
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	43.142.099,98	47.541.195,58	Pagamentos Extraorçamentários	49.603.371,57	44.030.237,47
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25.375.732,85	24.339.234,50	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	24.528.259,49	20.141.353,04
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.289.714,18	22.725.943,38	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.673.356,84	23.612.931,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	409.511,07	272.551,79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	401.755,24	275.952,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários	67.141,88	203.465,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	67.141,88	130.521,12			
Demais Recebimentos		72.944,79			
Saldo do Exercício Anterior	25.561.236,92	21.663.270,60	Saldo para o Exercício Seguinte	26.490.734,48	25.561.236,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.561.236,92	21.663.270,60	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.490.734,48	25.561.236,92
TOTAL	480.363.446,50	444.335.119,78	TOTAL	480.363.446,50	444.335.119,78

Nota – Balanço Financeiro

O **Balanço Financeiro** demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

Análise Horizontal

No que corresponde aos ingressos:

Observa-se um aumento nas receitas orçamentárias vinculadas em 34,40% (R\$ 537.661,64), comparando ao mesmo período de 2021. Esses valores dizem respeito principalmente a Outros recursos vinculados a fundos, órgãos e programas.

Quanto às transferências financeiras recebidas, observa-se uma elevação de 8,77% (R\$ 35.999.215,30).

No que diz respeito aos Recebimentos Extraorçamentários, houve uma variação negativa em -10,19% (R\$ 4.399.095,60) em relação a 2021.

A correspondência com a Demonstração de Fluxo de Caixa é notada no item Transferências Financeiras Recebidas de mesmo nome no BF. As Receitas Orçamentárias Vinculadas do BF correspondem à Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Remunerações das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias na DFC.

No que corresponde aos dispêndios:

A despesas orçamentárias ordinárias aumentaram em 2,90% (R\$ 9.413.009,94).

As transferências financeiras concedidas tiveram variação negativa de 24,22% (R\$ 13.135.508,24).

No que tange aos pagamentos extraorçamentários, observa-se um aumento em 11,23% (R\$ 5.573.134,10).

As correspondências com a DFC são notadas nos pagamentos extraorçamentários em relação aos dispêndios extraorçamentários daquele demonstrativo. Também se percebeu correspondência entre as transferências financeiras concedidas item que tem a mesma denominação no BF e na DFC.

Análise Vertical

No que corresponde aos ingressos:

As receitas orçamentárias vinculadas representam 0,32% (R\$ 1.554.526,24) do total. As transferências financeiras correspondem a 85,76% (R\$ 410.105.583,36).

No que corresponde aos dispêndios

As despesas orçamentárias representam 72,87% (R\$ 350.052.608,43) do total. As transferências financeiras concedidas abarcam 11,28 (R\$ 54.216.732,02).

11.2.4 Demonstrações dos fluxos de caixa

Quadro 45 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.986.750,06	17.082.374,76
INGRESSOS	412.136.762,55	375.606.671,30
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	160.388,79	22.214,91
Receita Agropecuária	1.149.102,51	854.129,39
Receita Industrial	3.682,95	5.860,00
Receita de Serviços	221.824,26	56.912,32
Remuneração das Disponibilidades	0,03	154,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.527,70	85.014,54
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	410.582.236,31	374.582.385,76
Ingressos Extraorçamentários	409.511,07	272.551,79
Transferências Financeiras Recebidas	410.105.583,36	374.106.368,06
Arrecadação de Outra Unidade	67.141,88	130.521,12
Demais Recebimentos	-	72.944,79
DESEMBOLSOS	-400.150.012,49	-358.524.296,54
Pessoal e Demais Despesas	-302.184.529,88	-274.415.382,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.247.768,50	-20.148.113,55
Saúde	-	-
Trabalho	-	-99.691,15
Educação	-281.844.178,06	-253.740.792,44
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-312.520,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-

Desporto e Lazer	-92.583,32	-114.265,36
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.346.995,35	-42.751.737,75
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.285.023,85	-42.698.252,50
Outras Transferências Concedidas	-61.971,50	-53.485,25
Outros Desembolsos Operacionais	-54.618.487,26	-41.357.176,29
Dispêndios Extraorçamentários	-401.755,24	-275.952,51
Transferências Financeiras Concedidas	-54.216.732,02	-41.081.223,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.057.252,50	-13.184.408,44
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.057.252,50	-13.184.408,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.010.507,85	-13.111.463,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-46.744,65	-72.944,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	929.497,56	3.897.966,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	25.561.236,92	21.663.270,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	26.490.734,48	25.561.236,92

Nota – Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um dos seis Demonstrativos Contábeis obrigatórios dos entes públicos, disponibilizados pelo SIAFI, no âmbito da Administração Federal, a qual evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, sendo um importante instrumento de avaliação da gestão pública.

Análise de Ingressos e Desembolsos

No que se refere aos ingressos de receitas das atividades operacionais, nota-se um aumento de 8,86% (R\$ 36.530.091,25).

Quanto aos desembolsos financeiros, observa-se uma variação para cima de 10,40% (R\$ 41.625.715,95).

11.2.5 Demonstrações das variações patrimoniais

Quadro 46 - Demonstrações das variações patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	596.282.008,19	380.501.372,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.535.256,76	939.848,29
Venda de Mercadorias	1.149.360,76	854.861,06
Vendas de Produtos	3.682,95	5.860,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	382.213,05	79.127,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,03	144,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,03	144,54
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	412.245.908,87	374.696.759,38
Transferências Intragovernamentais	410.105.583,36	374.179.312,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.140.325,51	517.446,53
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	182.414.172,95	4.649.084,19
Reavaliação de Ativos	131.714.413,70	-

Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	32.939.335,85	2.749,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.760.423,40	4.646.334,71
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.669,58	215.535,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	86.669,58	215.535,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	495.623.819,88	377.603.296,41
Pessoal e Encargos	300.212.747,35	270.310.387,84
Remuneração a Pessoal	244.282.261,70	216.865.508,24
Encargos Patronais	44.518.816,15	43.756.106,04
Benefícios a Pessoal	11.402.454,64	9.683.908,70
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.214,86	4.864,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	23.018.562,67	21.817.497,86
Aposentadorias e Reformas	17.906.196,30	17.139.010,67
Pensões	2.911.114,97	2.462.267,86
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.201.251,40	2.216.219,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.614.518,97	35.812.431,28
Uso de Material de Consumo	5.665.529,21	3.742.932,09
Serviços	42.823.636,75	26.807.568,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.125.353,01	5.261.931,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.435,06	4.741,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.176,81	4.591,78
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	258,25	149,52
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	56.311.003,23	41.223.916,74
Transferências Intragovernamentais	54.216.732,02	41.081.223,78
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.094.271,21	142.692,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	61.444.047,23	3.733.179,07
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	39.486.314,99	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	25.986,71
Incorporação de Passivos	4.732.391,61	3.681.688,20
Desincorporação de Ativos	17.225.340,63	25.504,16
Tributárias	119.080,92	66.596,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.530,62	9.007,93
Contribuições	100.550,30	57.589,04
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.895.424,45	4.634.545,35
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	4.640.811,83	4.319.276,39
Subvenções Econômicas	61.971,50	56.791,15
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	192.641,12	258.477,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	100.658.188,31	2.898.075,65

Nota - Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas destaca-se na Demonstração das Variações Patrimoniais 1º trimestre de 2021, comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IFFar a evolução do saldo de item em relação ao mesmo período do exercício passado, que segue abaixo:

- Venda de mercadorias, que teve uma variação monetária de R\$ 294.499,70, aumentando 34,45% em relação ao exercício anterior. Algumas unidades possuem cursos da área agropecuária e comercializam o excedente de sua produção através dos postos de vendas.
- Cabe destaque ainda para as Transferências Intragovernamentais, que representaram 9,60% das variações patrimoniais aumentativas, com um saldo a maior de R\$ 35.926.270,51 no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, ou 7,92% a mais.

Quanto as variações diminutivas chamam atenção o seguinte item:

- Remuneração a pessoal que variou monetariamente em R\$ 27.416.753,46, representando 12,64% a mais que no mesmo período do ano passado e 49,29% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Isso ocorreu porque novos servidores ingressaram no quadro do IFFar durante o período analisado.

Analisando comparativamente com o Balanço Patrimonial, o item Venda de Mercadorias reflete diretamente no Ativo Circulante nas disponibilidades de caixa do órgão, já que gera recursos financeiros em fonte própria.

Conclui-se que a ausência de reavaliação de bens móveis e a redução ao valor recuperável devido a problemas no sistema de controle patrimonial, que está inoperante desde um ataque hacker em outubro de 2021, reflete nos itens constantes na Demonstração de Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto Diminutivas, os quais contam zerados. Reflete também no saldo do próprio ativo

imobilizado do Balanço Patrimonial nos itens bens móveis e depreciação. Com a retomada gradual das atividades presenciais, esse tema deve ser planejado e efetuado para que a informação contábil nos dois demonstrativos citados seja mais clara e espelhe a realidade dos saldos dos itens.

-.